

O exercício da consolidação de contas num grupo empresarial: O caso da **Bensaude, S.A.**

Relatório de Estágio

Mariana De Fátima Cabral Pacheco

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



O exercício da consolidação de contas num grupo empresarial: O caso da Bensaude, S.A.

Relatório de Estágio

Mariana De Fátima Cabral Pacheco

Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O relatório de estágio é realizado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, lecionado na Universidade dos Açores. O estágio, com duração de 15 meses, sucedeu-se na Direção Administrativa e de Contabilidade da Bensaude, S.A., empresa que presta serviços nas áreas de consultadoria, contabilidade, auditoria, informática, formação e qualificação profissional de recursos humanos a todas as restantes empresas do Grupo Bensaude e teve início a 1 de dezembro de 2022.

Cada vez mais, o crescimento das empresas e o forte fenómeno de globalização contribuem para surgimento de grupos económicos. A existência de grupos económicos obriga a empresa-mãe do grupo a elaborar contas consolidadas. Uma vez que, anualmente a Bensaude, S.A. elabora as DF consolidadas da empresa-mãe do Grupo Bensaude, a Bensaude Participações SGPS, S.A., a temática em análise é a consolidação de contas.

No relatório, em primeira instância, efetua-se um enquadramento teórico sobre a consolidação de contas, que revela o facto das contas consolidadas serem imprescindíveis num grupo económico, por retratarem a sua situação económico-financeira como se de uma única entidade se tratasse. De seguida, caracteriza-se o Grupo Bensaude, um grupo empresarial que alinhado a valores, como a honestidade, ambição, orientação para o cliente e sustentabilidade, tem como propósito a contínua criação de valor e compromete-se com o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Numa etapa posterior, descreve-se as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, nas quais estão incluídas, as realizadas no âmbito da experiência prática sobre a consolidação de contas, sendo estas: a revisão do perímetro de consolidação, a identificação do método de consolidação, os procedimentos de pré-consolidação e as operações de consolidação. Por fim, realiza-se uma análise crítica ao estágio e verifica-se que a história e a capacidade visionária, são alguns pontos fortes do Grupo Bensaude, a dimensão e as diferentes unidades de negócio são pontos fracos, a internacionalização um exemplo de uma oportunidade e os ataques cibernéticos, bem como o aumento da concorrência, as principais ameaças. Na realização das atividades, os conhecimentos adquiridos na licenciatura e no mestrado foram fundamentais.

Palavras-chave: Consolidação de contas; Bensaude, S.A.; Estágio

ABSTRACT

The internship report is realized as part of the second year of the Master in Economic and Business Sciences, with a specialization in Finance and Accounting taught at the University of the Azores. The internship, that lasted fifteen months, succeeded in the Administrative and Accounting Department of Bensaude, S.A, company that provides services in the areas of consulting, accounting, auditing, IT, training, and professional qualification of human resources to all the other companies of the Bensaude Group and began on december, 1st, 2022.

Increasingly, the company's growth and the strong globalization phenomenon contribute for the emergence the economic groups. The existence of economic groups obliges the mother company the elaborate consolidated accounts. Since, annually the Bensaude, S.A. elaborates the consolidated accounts of the mother company of the Bensaude Group, a Bensaude Participações SGPS, S.A., the thematic in analysis is the accounts consolidation.

In the report, in first instance, takes place a theoretical framing about the account's consolidation, then reveals the fact the consolidated accounts are indispensable in the economic group, by portray yours financial-economic situation, as if were a single entity. Next up, it is characterized the Bensaude Group, a business group than aligned the values, as honesty, ambition, orientation for the customer and sustainability, has as purpose the continues value creation and it is committing sustainable development of the Azores.

At a later stage, it is described the activities developed throughout of the internship, in which they are included, the carried out as part of the practice experience about the accounts consolidation, these are they: the revision of the consolidation perimeter, the identification of the consolidation method, the pre-consolidation procedures and the consolidation operations. In the end, it is carried out a critical analysis of the internship and it is verified than the history, visionary capacity are some strengths the Bensaude Group, the dimension and the different business units are weaknesses, the internationalization an example of an opportunity and the cyberattacks, as well as the increased competition, the main threats. In performing out the activities, the knowledge acquired at the bachelor and master was fundamental.

Keywords: Accounts Consolidation; Bensaude, S.A.; Internship

AGRADECIMENTOS

A concretização do presente relatório de estágio representa para mim mais uma etapa concluída no meu percurso académico e a finalização de um estágio que contribuiu para o meu crescimento profissional e pessoal.

Esta não seria possível sem a colaboração de pessoas excecionais, que me apoiam incondicionalmente e a quem devo o meu especial e profundo agradecimento.

À minha família, em particular aos meus pais, à minha irmã e ao meu cunhado, pelo amor, carinho, motivação e força que sempre demonstraram e por acreditarem nas minhas capacidades.

À Universidade dos Açores, especialmente à Faculdade de Economia e Gestão, não só por estes dois anos de mestrado, mas também pelos 3 anos de licenciatura em Gestão, pela oportunidade de estar sempre a aprender e por terem-me preparado para os desafios do mercado de trabalho.

Ao Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira, por ter aceitado o convite de ser o orientador deste relatório, pelo profissionalismo, empenho, disponibilidade em esclarecer dúvidas e orientação.

À empresa Bensaude, S.A., pelo excelente acolhimento, integração e por ter-me proporcionado uma experiência profissional única e enriquecedora.

À Dra. Sónia Mendonça, minha tutora, pela dedicação, paciência, compreensão, ajuda na recolha da informação e sobretudo pelo conhecimento transmitido.

À Dra. Zita Correia pela generosidade, compreensão, apoio e ajuda na recolha da informação.

E para finalizar, a todos os meus colegas pelo companheirismo, espírito de ajuda e amizade, não só nesta última etapa, mas ao longo de toda a minha formação académica.

ÍNDICE

| | |
|--|------|
| RESUMO | i |
| ABSTRACT | ii |
| ÍNDICE..... | iv |
| LISTA DE TABELAS | vi |
| LISTA DE FIGURAS | vii |
| LISTA DE ABREVIATURAS..... | viii |
| CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS | 3 |
| 2.1. Conceitos introdutórios | 3 |
| 2.1.1. Investimentos financeiros..... | 3 |
| 2.1.2. Métodos de contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais | 5 |
| 2.1.3. Concentrações de atividades empresariais | 7 |
| 2.1.4. <i>Goodwill</i> e <i>goodwill</i> negativo | 8 |
| 2.2. Consolidação de contas | 9 |
| 2.2.1. Conceito, vantagens e limitações da consolidação de contas | 9 |
| 2.2.2. Obrigatoriedade, dispensa da elaboração de demonstrações financeiras consolidadas e exclusões da consolidação | 11 |
| CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO Bensaude | 13 |
| 3.1. Apresentação e história do Grupo Bensaude..... | 13 |
| 3.2. Missão, visão e valores do Grupo Bensaude | 15 |
| 3.3. Estratégias adotadas pelo Grupo Bensaude..... | 18 |
| 3.4. Estrutura organizacional do Grupo Bensaude | 19 |
| 3.4.1. Bensaude Participações SGPS, S.A. | 20 |
| 3.4.2. Bensaude S.A..... | 21 |
| 3.4.3. Áreas de negócio do Grupo Bensaude..... | 22 |
| CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO..... | 24 |
| 4.1. Atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa J.H. Ornelas..... | 24 |
| 4.1.1. Lançamento e arquivo da documentação | 24 |
| 4.1.2. Obrigações fiscais..... | 25 |
| 4.1.3. Práticas de controlo interno..... | 26 |
| 4.1.4. Inquéritos estatísticos..... | 26 |
| 4.2. Atividades desenvolvidas no decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas | 27 |
| 4.2.1. Elaboração das demonstrações financeiras individuais..... | 27 |
| 4.2.2. Revisão do perímetro de consolidação | 28 |
| 4.2.3. Identificação do método de consolidação | 29 |
| 4.2.4. Procedimentos de pré-consolidação..... | 30 |
| 4.2.5. Operações de consolidação | 32 |
| CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO | 42 |
| 5.1. Análise crítica à entidade | 42 |
| 5.2. Análise crítica às atividades realizadas | 47 |
| 5.2.1 Análise crítica às atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa J.H. Ornelas..... | 47 |
| 5.2.2. Análise crítica às atividades desenvolvidas no decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas..... | 50 |
| 5.3. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado. | 53 |

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO | 56 |
| REFERÊNCIAS | 59 |
| ANEXOS | 63 |
| LISTA DE ANEXOS | 64 |
| Anexo I - Balanço da empresa M a 31/12/2022 | 65 |
| Anexo II - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa M no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022 | 66 |
| Anexo III - Balanço da empresa S a 31/12/2022..... | 67 |
| Anexo IV - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa S no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022 | 68 |
| Anexo V - Ajustamentos decorrentes das operações de consolidação e Balanço Consolidado a 31/12/2022..... | 69 |
| Anexo VI - Ajustamentos decorrentes das operações de consolidação e Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022..... | 70 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Tabela resumo com a informação relativa às transações intragrupo | 35 |
| Tabela 2. Eliminação da venda realizada pela M à S e da compra efetuada pela S à M | 36 |
| Tabela 3. Eliminação das vendas/prestações de serviços efetuadas pela S à M e das compras realizadas pela M à S..... | 36 |
| Tabela 4. Eliminação do saldo de clientes relativo a S e do saldo de fornecedores referente a M | 37 |
| Tabela 5. Eliminação do saldo de clientes respeitante a M e do saldo de fornecedores relativo a S..... | 37 |
| Tabela 6. Eliminação da percentagem de participação da empresa-mãe no RLP da subsidiária | 38 |
| Tabela 7. Quota-parte (95%) da empresa M nas restantes rubricas do capital próprio da empresa S | 39 |
| Tabela 8. Eliminação do investimento financeiro e da quota-parte (95%) da M nas restantes rubricas do capital próprio da S..... | 39 |
| Tabela 9. Quota-parte (5%) dos interesses que não controlam no capital próprio da empresa S | 40 |
| Tabela 10. Reconhecimento e valorização dos INC | 40 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Estrutura organizacional do Grupo Bensaude | 20 |
| Figura 2. Movimentos contábilísticos provenientes da contabilização da fatura de venda na contabilidade da empresa M..... | 33 |
| Figura 3. Movimentos contábilísticos que advém da contabilização da fatura de compra na contabilidade da empresa S | 33 |
| Figura 4. Movimentos contábilísticos nas subcontas da classe 7 (rendimentos) na contabilidade da S provenientes das vendas/prestações de serviços realizadas à M..... | 34 |
| Figura 5. Movimentos contábilísticos nas subcontas da classe 6 (gastos) na contabilidade da M que advém das compras efetuadas à S..... | 35 |
| Figura 6. Análise SWOT ao Grupo Bensaude..... | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CAEM – Concentrações de Atividades Empresariais
COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
DF – Demonstrações Financeiras
DR – Demonstração de Resultados
EDA – Eletricidade dos Açores
IAS – *International Accounting Standards*
IFRS – *International Financial Reporting Standards*
INC – Interesses que não Controlam
IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
JHO – J.H. Ornelas
MCI – Método de Consolidação Integral
MCP – Método de Consolidação Proporcional
MEP – Método de Equivalência Patrimonial
NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NSL – Nicolau Sousa Lima
RAI – Resultado Antes de Imposto
RLP – Resultado Líquido do Período
SAFT-PT – Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
TPA – Terminal de Pagamento Automático

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio é elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, lecionado na Universidade dos Açores, sob orientação do Prof. Doutor João Teixeira e tutoria da Contabilista Certificada, Dra. Sónia Mendonça. Com duração de um ano e três meses, o estágio iniciou-se no dia 1 de dezembro de 2022 e decorreu na Direção Administrativa e de Contabilidade da empresa Bensaude, S.A., ao abrigo do programa Estagiar L. Relativamente ao seu âmbito de atuação, este inseriu-se nas áreas de contabilidade e fiscalidade.

A principal finalidade do estágio consistiu em acompanhar e aprender os procedimentos contabilísticos e fiscais desenvolvidos num departamento de contabilidade. Já que a empresa Bensaude, S.A. está incumbida de elaborar anualmente as contas consolidadas da Bensaude Participações SGPS, S.A., a empresa-mãe do Grupo Bensaude, surgiu a oportunidade de realizar as etapas do processo de consolidação de contas de duas empresas do grupo. Por esse motivo, a consolidação de contas é a temática em estudo neste relatório.

No que concerne à estrutura do relatório de estágio, este reparte-se em seis capítulos: introdução (capítulo I), enquadramento teórico sobre a consolidação de contas (capítulo II), caracterização do Grupo Bensaude (capítulo III), atividades desenvolvidas no estágio (capítulo IV), análise crítica ao estágio (capítulo V) e conclusão (capítulo VI).

No capítulo II efetua-se um enquadramento teórico acerca da consolidação de contas, recorrendo ao normativo português (SNC) e ao internacional (IAS/IFRS). Este capítulo define conceitos introdutórios, o tipo de investimentos financeiros, os métodos de contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais, as CAEM's, o *goodwill* e o *goodwill* negativo. Para além disso, aborda a origem, o conceito, as vantagens e limitações da consolidação de contas, a obrigatoriedade, a dispensa da elaboração de DF consolidadas e as exclusões da consolidação.

Relativamente ao capítulo III, este caracteriza a entidade onde foi realizado o estágio, explicitando de forma breve a história do Grupo Bensaude, a missão, a visão e os valores que norteiam o grupo empresarial açoriano, as estratégias adotadas pelo mesmo e a sua estrutura organizacional.

O capítulo IV descreve todas as atividades desenvolvidas no estágio, porém os procedimentos realizados no âmbito da consolidação de contas estão explicitados com

um maior nível de detalhe, visto que a consolidação de contas é o tema em análise neste relatório. Assim sendo, este capítulo encontra-se subdividido da seguinte forma: na primeira parte, aborda-se as atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa JHO, o lançamento e arquivo da documentação, as obrigações fiscais, as práticas de controlo interno e os inquéritos estatísticos; na segunda parte, são elencadas as atividades desenvolvidas no decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas, a elaboração das DF individuais, a revisão do perímetro de consolidação, a identificação do método de consolidação, os procedimentos de pré-consolidação e as operações de consolidação.

No capítulo V analisa-se criticamente a entidade onde se sucedeu o estágio, bem como as atividades que foram realizadas ao longo do estágio. Além disso, interliga-se os conhecimentos obtidos em algumas unidades curriculares da licenciatura e do mestrado com as tarefas executadas.

Por último, o capítulo VI, respeitante à conclusão, menciona de forma sucinta quais os conhecimentos obtidos e as competências adquiridas ao longo do estágio.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

O presente capítulo define conceitos introdutórios e explica o que se entende por consolidação de contas.

2.1. Conceitos introdutórios

Em primeira instância, define-se investimentos financeiros, métodos de contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais, CAEM's, *goodwill* e *goodwill* negativo.

2.1.1. Investimentos financeiros

No contexto empresarial atual onde o forte fenómeno de globalização e o crescimento das empresas imperam assiste-se notoriamente à criação de grupos económicos. Torna-se assim crucial, entender quais os tipos de participações financeiras que contribuem para a sua formação.

Rodrigues (2021) classifica as participações financeiras em correntes ou temporárias e de longo prazo. Relativamente às participações financeiras a longo prazo, são aplicações estratégicas mantidas na posse do investidor por mais de um ano e integram, no SNC, a conta 41 - Investimentos financeiros. Conforme o tipo de participação, esta conta é subdividida em: investimentos em subsidiárias, investimentos em associadas, investimentos em entidades conjuntamente controladas e investimentos noutras empresas.

À luz do parágrafo 4 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, subsidiária é uma entidade que se encontram sob o controlo, que Rodrigues (2021) designa de controlo exclusivo, de outra entidade denominada de empresa-mãe. Entende-se por controlo, “o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma” (§4 da NCRF 15).

A empresa-mãe exerce um controlo exclusivo quando adquire mais de 50% dos direitos de voto da subsidiária (§4 da NCRF 15). Se detiver uma participação inferior a 50% pode exercer igualmente controlo, desde que cumpra pelo menos uma das condições elencadas no parágrafo 4 da NCRF 15, detenha o poder: em virtude de um acordo com outros investidores, sobre mais de metade dos direitos de voto; de gerir as políticas financeiras e operacionais, segundo uma cláusula estatutária ou um acordo; para nomear

ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão; ou, de agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão.

Exemplificando, uma entidade A detém 45% das ações com direito a voto de uma entidade B, o conselho de administração de B é composto por 9 membros, 5 são designados pela entidade A e os restantes são eleitos pelos outros dois investidores. Ao abrigo da alínea d) do parágrafo 4 da NCRF 15, apesar de A não adquirir uma participação maioritária, exerce um controlo exclusivo, pois possui o poder para agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão de B.

Na IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas o conceito de controlo apresenta uma abordagem mais complexa, dado que a norma considera indicadores como os direitos de voto efetivos, potenciais (*call options*, ações preferenciais e obrigações convertíveis) e contratuais. Além do mais, o investidor deve estar exposto à rendibilidade variável da investida (Massa, 2023).

Ao abrigo dos parágrafos 3 da IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos e 4 da NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas, existe um investimento numa associada, quando o investidor exerce uma influência significativa sobre a investida. Lopes *et al.* (2020) definem influência significativa como uma participação que não é controlo exclusivo, nem controlo conjunto, mas que concede ao investidor o poder de participar nas decisões relacionadas com as políticas de gestão e os corpos sociais da investida.

A influência significativa é exercida se o investidor detiver, direta ou indiretamente, mais de 20% dos direitos de voto na investida, a menos que se demonstre claramente o contrário (§5 da IAS 28 e §19 da NCRF 13). Para determinar a existência de influência significativa, devem ser avaliados outros requisitos, tais como os potenciais direitos de voto (§§6 a 9 da IAS 28 e §§20 a 22 da NCRF 13).

De acordo com Macedo *et al.* (2013), sempre que duas ou mais entidades (empreendedores) mediante acordo contratual escrito, controlam conjuntamente um empreendimento, seja este uma operação, um ativo ou uma outra entidade, o investimento é designado de empreendimento conjunto.

O controlo exercido é nomeado de controlo conjunto, quando existe uma partilha de controlo e um consentimento unânime das partes em relação às decisões tomadas na atividade (§3 da IAS 28, §7 da IFRS 11 e §4 da NCRF 13).

No âmbito da IFRS 11 – Acordos Conjuntos, duas ou mais partes exercem controlo conjunto através de acordos conjuntos, sendo estes: operações conjuntas e empreendimentos conjuntos. Realça-se que, nas operações conjuntas, as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos que se relacionam com esse acordo. Enquanto nos empreendimentos conjuntos, as partes que detêm o controlo conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo (Massa, 2023).

Em relação às outras entidades, Lopes (2022) refere que são entidades onde a empresa participante não controla, nem exerce influência significativa na participada. De um modo geral, existe um investimento noutras entidades, quando a investidora detém menos de 20% dos direitos de voto na investida (Alves e Carmo, 2021).

2.1.2. Métodos de contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais

Gonçalves (2022) salienta que, após a identificação do tipo de investimento financeiro, seleciona-se o método de mensuração. O SNC indica três métodos de contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais: o MEP, o método do justo valor e o método do custo.

O MEP aplica-se nos investimentos em associadas e subsidiárias, salvo as exceções previstas nos parágrafos 44 da NCRF 13 e 8 da NCRF 15. Ainda pode ser utilizado nos investimentos em entidades conjuntamente controladas, porém no caso do empreendedor não estar sujeito à elaboração de DF consolidadas, o MCP é o recomendado para o efeito, sendo o MEP um método alternativo (§§29 a 31 da NCRF 13).

No que concerne ao reconhecimento e à mensuração inicial, Alves e Carmo (2021) atendendo ao disposto no parágrafo 52 da NCRF 13, realçam que o investimento é reconhecido na data de aquisição e mensurado pelo seu custo. Nesta data deve-se determinar a diferença entre o custo de aquisição e o interesse no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Uma diferença positiva origina o *goodwill* e, negativa, o *goodwill* negativo.

Numa etapa posterior, o valor do investimento é ajustado em função: da quota-parte nos lucros ou prejuízos da adquirida, da quota-parte em alterações nos capitais próprios da participada; das distribuições de lucros à participante; ou, das entradas efetuadas pela

adquirente para cobrir prejuízos da adquirida, entre outras alterações (Alves e Carmo, 2021).

Considere uma entidade A que em junho de N-1 adquiriu uma participação financeira de 30% numa entidade B por 100.000 € (o valor corresponde ao interesse de A no justo valor dos ativos líquidos de B). A 31 de dezembro de N, B tem lucros de 250.000 €. Em N+1, B distribui dividendos relativos ao ano N no valor de 100.000 € e na data de fecho possui prejuízos de 50.000 €. A entidade A utiliza o SNC na preparação das suas DF individuais.

A detém mais de 20% dos direitos de voto de B e não existe nada em contrário. Em consequência disso, B é uma associada de A e a participação financeira de A em B é contabilizada pelo MEP. A fim de calcular a quantia escriturada do seu investimento no final de N+1, A deve efetuar os seguintes procedimentos: na data de aquisição, junho de N-1, mensurar a participação pelo custo de 100.000 €; a 31 de dezembro de N, reconhecer a sua quota-parte nos resultados de B, aumentando o valor do investimento em 75.000 € ($250.000 \text{ €} \times 30\%$) e, em contrapartida, obtendo um rendimento de 75.000 €, reconhecendo também os resultados não atribuídos; ao receber dividendos em N+1, diminuir a quantia escriturada do investimento em 30.000 € ($100.000 \text{ €} \times 30\%$) e atualizar o valor dos resultados não atribuídos; e, na data de fecho de N+1, diminuir o valor do investimento em 15.000 € ($50.000 \text{ €} \times 30\%$). Conclui-se assim, que a quantia escriturada do investimento de A em B no final de N+1 é igual a 130.000 €.

Á luz do disposto no parágrafo 10 da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, pelo método do justo valor, as partes de capital noutras entidades e que sejam adquiridas como ativos detidos para negociação são mensuradas inicialmente ao justo valor, sem incluir os custos de transação diretamente atribuíveis. Em cada data de relato, a entidade deve determinar o justo valor da sua parte de capital e qualquer alteração ocorrida é reconhecida na DR (§13 da NCRF 27). Mais se acrescenta, que não há registo de perdas por imparidade, tal como se encontra disposto no parágrafo 24 da NCRF 27.

Quando não seja possível aplicar o MEP e o método do justo valor utiliza-se o método do custo. Por exemplo, nos investimentos em associadas e subsidiárias, sempre que a capacidade da empresa adquirente exercer os seus direitos sobre a gestão da adquirida for prejudicada consideravelmente por restrições severas e duradouras (§44 da NCRF 13 e §8 da NCRF 15).

Segundo o método do custo, a participação é mensurada numa fase inicial ao custo de aquisição (custo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis). A 31 de dezembro de cada exercício económico, são determinadas as perdas por imparidade, considerando que é proibido proceder à sua reversão (§§5, 24 a 30 da NCRF 27).

Relativamente ao normativo internacional, o parágrafo 10 da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, prevê tal como no SNC, a utilização dos três métodos na contabilização dos investimentos financeiros nas contas individuais.

2.1.3. Concentrações de atividades empresariais

As empresas buscam incessantemente soluções que visam reduzir os seus custos e maximizar a sua riqueza. Estas soluções passam muitas vezes por estabelecer estratégias de crescimento, como é exemplo, uma CAEM (Carvalho, 2011).

Tendo por base o parágrafo 9 da NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais, uma CAEM corresponde à “junção de entidades ou atividades empresariais separadas numa única entidade que relata”.

Uma CAEM ocorre por diversos fenómenos: fusões (de duas ou mais empresas), compra de ações ou quotas, constituição de uma empresa comum por duas ou mais empresas e compra de negócios. Existem dois tipos de fusões: fusão por absorção ou incorporação e fusão por constituição de uma nova sociedade (fusão-concentração). Enquanto no primeiro, a transferência global do património ocorre de uma ou mais sociedades (incorporadas) para uma outra sociedade (incorporante), no segundo, realiza-se de duas ou mais sociedades para uma nova sociedade (Rodrigues, 2021).

Ao abrigo dos parágrafos 5 da IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais e 12 da NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais, o método de aquisição ou da compra deve ser o utilizado para contabilizar uma CAEM. Considerando este método, primeiramente, identifica-se a adquirente, entidade que controla a adquirida/ negócio (§7 da IFRS 3 e §13 da NCRF 14); numa fase posterior, determina-se a data de aquisição, data em que a compradora obtém o controlo sobre a adquirida/ negócio (§8 da IFRS 3 e §9 da NCRF 14); reconhece-se e mensura-se os ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos ao justo valor na data de aquisição (§18 da IFRS 3 e §25 da NCRF 14), os INC e, por último, o *goodwill* ou o *goodwill* negativo calculado pela diferença entre o custo da CAEM e o justo valor dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos.

Na perspectiva de Rodrigues (2021), o custo de uma CAEM corresponde ao somatório dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos pela adquirente à adquirida. Honorários de auditores, advogados, avaliadores e outros honorários são gastos de transação e, por isso, não são incluídos no custo da CAEM.

Se no âmbito de uma CAEM a entidade A adquire a entidade B mas parte da retribuição só será paga no futuro, dado que irá depender do volume de vendas a obter nos próximos 5 anos, o cálculo do custo da CAEM é mais complexo, pois o seu valor tem de ser estimado na data de aquisição, ainda que o seu pagamento seja contingente.

Realça-se que, para calcular o justo valor dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos na data de aquisição, o comprador tem de considerar todos os ativos e passivos que não se encontram reconhecidos na contabilidade, tais como: marcas próprias, lista de clientes e propriedade industrial.

2.1.4. *Goodwill* e *goodwill* negativo

No método de aquisição ou da compra descrito anteriormente o valor de aquisição pode ser superior à quota-parte que a adquirente detém no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida e originar o *goodwill*, ou inferior, o que dará origem ao *goodwill* negativo (Garcia, 2019).

No parágrafo 44 da NCRF 14 o *goodwill* é definido como um pagamento antecipado realizado pela adquirente, dos quais se esperam benefícios económicos futuros de ativos, que a entidade não consegue separar, nem identificar. No ponto de vista de Mendes (2023), o *goodwill* distingue-se dos restantes ativos intangíveis (marcas, patentes e outros ativos), que podem ser separados e identificados.

Perante um *goodwill* negativo (compra a preço baixo), a aplicação do método de aquisição ou da compra deve ser repetida. Caso o excesso da quota-parte no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados na adquirida em relação ao custo da CAEM se mantiver, após a repetição do processo, este deve ser reconhecido em resultados do período na data de aquisição (§§34 a 36 da IFRS 3) ou na data da sua realização (§§48 e 50 da NCRF 14) e excluído da quantia escriturada do investimento.

O *goodwill* é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente ao seu custo. Subsequentemente, nas entidades abrangidas pela NCRF 14, este é amortizado e testado quanto à sua imparidade (§§45 e 46 da NCRF 14). Cabe ao órgão de gestão estimar com

fiabilidade o seu período de vida útil, não sendo possível, deve amortizá-lo em 10 anos. Enquanto nas entidades que aplicam a IFRS 3, este não é amortizado, porém é sujeito a testes de imparidade pelo menos uma vez por ano. Alves e Carmo (2021) salientam o facto de serem proibidas reversões de perdas por imparidade do *goodwill*.

2.2. Consolidação de contas

Seguidamente, aborda-se a temática da consolidação de contas, dando ênfase ao seu conceito, às suas vantagens, às suas limitações e explicitando quais as empresas que possuem a obrigatoriedade, a dispensa de elaborar DF consolidadas e as excluídas da consolidação.

2.2.1. Conceito, vantagens e limitações da consolidação de contas

A consolidação de contas é uma técnica de natureza contabilística que consiste na elaboração das DF de um grupo de entidades, como se de uma única entidade se tratasse (Alves e Carmo, 2021). Dito de outra forma, é uma técnica recorrida para preparar as DF de um conjunto de entidades, que embora apresentam uma personalidade jurídica própria, operam como uma unidade económica e estão sujeitas a um centro de decisão comum (Macedo *et al.*, 2013).

Alves e Carmo (2021) referem que as DF consolidadas são elaboradas tendo por base as DF individuais das empresas que integram o grupo. Por conseguinte, as DF consolidadas complementam as DF individuais e não as substituem. De acordo com Lopes *et al.* (2020), fazem parte do conjunto completo de DF consolidadas, o Balanço, a DR, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio no período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período, bem como o Anexo com um resumo das políticas contabilísticas e outras informações explicativas.

Em relação ao seu objetivo, é o de proporcionar aos utilizadores uma imagem verdadeira e apropriada da situação económico-financeira do grupo. Importa salientar, que os utilizadores têm interesses não coincidentes em relação ao tipo de informação que pretendem obter através das contas consolidadas. Ao longo do tempo surgiram diversas teorias ou óticas, de forma a satisfazer os interesses dos vários destinatários da informação, sendo estas: a ótica do proprietário, a ótica económica, a ótica financeira e a ótica mista ou económico-financeira (Macedo *et al.*, 2013).

Atualmente, os normativos contabilísticos seguem a ótica económica. Segundo Rodrigues (2021), na ótica económica defendida pelo professor Moonitz, a informação consolidada reflete a realidade complexa do grupo, como uma unidade económica e direcionada e satisfaz de igual forma as necessidades de informação de duas classes de proprietários, os de interesse maioritário e os de interesse minoritário, equiparados a capital próprio. Nesta ótica o conceito de grupo é amplo, isto é, engloba tanto os grupos verticais, como os horizontais. Entende-se por grupos verticais, grupos constituídos por uma empresa dominante (empresa que exerce o controlo) e todas as suas empresas dependentes, colocadas sob a sua direção, enquanto os grupos horizontais, são compostos por empresas não vinculadas como dependentes por relações de domínio, mas que apresentam uma direção única.

Adotada pelas empresas multinacionais há muitas décadas e pela maioria dos grupos portugueses desde 1991, a consolidação de contas mais do que uma exigência legal, tem revelado ser uma poderosa ferramenta de gestão para os grupos empresariais, dado constituir uma fonte de informação tanto interna como externa (Rodrigues, 2015).

Lopes (2022) dita o facto das DF consolidadas serem úteis, por três motivos: pretendem dar uma visão completa da situação económico-financeira do grupo, isto é, analisando as DF consolidadas é possível ter uma perceção da influência que a situação económico-financeira da empresa-mãe apresenta nas atividades desenvolvidas pelas restantes empresas; revelam ser um instrumento de gestão, na medida em que, permitem avaliar a evolução da situação económica e financeira do grupo; e, contribuem para a uniformização de métodos e procedimentos contabilísticos.

A nível externo, Rodrigues (2015) refere que as DF consolidadas permitem dar a conhecer a realidade económico-financeira das empresas pertencentes ao grupo a uma vasta gama de utentes, acionistas, futuros investidores, instituições financeiras, fornecedores e outros credores, Estado e outros entes públicos, trabalhadores e público.

Não obstante, a consolidação de contas apresenta várias limitações. Carvalho (2011) referencia que o processo de consolidação é complexo, por implicar transações intragrupo, participações cruzadas e diferentes percentagens de capital. Além disso, os valores consolidados não traduzem o valor real do grupo, pois resultam da aplicação de normas e procedimentos contabilísticos; torna-se difícil efetuar uma análise estática das DF consolidadas, ou seja, comparar as DF consolidadas entre grupos, pois cada grupo desenvolve a sua atividade e apresenta características distintas; e, dinâmica, isto é, no

tempo, por surgirem alterações no perímetro de consolidação e nas percentagens de participação (Rodrigues, 2021).

2.2.2. Obrigatoriedade, dispensa da elaboração de demonstrações financeiras consolidadas e exclusões da consolidação

De forma a proceder à elaboração de contas consolidadas, a empresa-mãe de um grupo económico deve *a priori* verificar se preenche ou não os requisitos acerca da obrigatoriedade, da dispensa da elaboração de DF consolidadas e das exclusões da consolidação. De acordo com Lopes (2022), regra geral, quem define estes requisitos é a legislação de cada país.

Para as entidades abrangidas pelo SNC, nos artigos 6.º, 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, encontram-se previstos estes requisitos.

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º, seja qual for a localização da sua sede estatutária e das suas subsidiárias, uma empresa-mãe sujeita ao direito nacional está incumbida de elaborar DF consolidadas do seu grupo económico. Para o efeito, deve cumprir pelo menos uma destas condições:

- Independentemente da sua titularidade, exerça ou possa exercer influência dominante ou controlo, ou exerça a gestão como se as duas (empresa-mãe e subsidiária) constituíssem uma única entidade;
- Quando seja titular de capital, detenha mais de 50% dos direitos de voto; tenha o direito de nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão de uma entidade, que auferem poderes na gestão das políticas financeiras e operacionais dessa entidade; exerça influência dominante sobre uma entidade mediante um contrato ou outra cláusula do contrato social desta; exerça uma influência significativa e detenha a maioria dos membros do órgão de gestão de uma entidade que possuem poderes para gerir as políticas operacionais e financeiras dessa entidade; ou, disponha a maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade, por si só ou através de um acordo com outros titulares do capital.

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º, ficam dispensadas de elaborar DF consolidadas, as empresas-mãe de pequenos grupos. Entende-se por pequenos grupos, grupos que contêm a empresa-mãe e as suas subsidiárias e não ultrapassam, à data do balanço da empresa-

mãe, dois de três limites: 6.000.000€ de total de balanço, 12.000.000€ de volume de negócios líquido e/ou um número médio de 50 empregados durante o período (artigo 9.º-B, n.º 1).

Além destas empresas também ficam dispensadas, empresas-mãe que sejam subsidiárias de grupos empresariais de outro Estado Membro da União Europeia, segundo os pressupostos estabelecidos nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 7.º, bem como empresas-mãe que detenham subsidiárias imaterialmente relevantes para que as DF possam refletir de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa das entidades que integram o grupo, individualmente e no seu conjunto [artigo 7.º, n.º 6, alínea a)].

Segundo o artigo 8.º, existem entidades que podem ser excluídas da consolidação, sendo estas: subsidiárias que sejam imaterialmente relevantes para a realização do objetivo das DF consolidadas, exceto se duas ou mais empresas forem no seu conjunto materialmente relevantes para o mesmo objetivo, que devem ser incluídas na consolidação; entidades em que existem restrições severas e duradouras que prejudiquem substancialmente o exercício pela empresa-mãe dos seus direitos sobre o património ou a gestão destas entidades; ou, subsidiárias em que as partes de capital sejam detidas exclusivamente para serem alienadas numa fase posterior e sejam classificadas como ativos não correntes detidos para venda.

Em suma, as empresas podem adquirir participações sociais em subsidiárias, associadas, entidades conjuntamente controladas e noutras entidades. Para contabilizá-las nas suas contas individuais, existem três métodos: o MEP, o método do justo valor e o método do custo. A aquisição de participações financeiras contribui para a formação dos grupos económicos, que numa fase de crescimento do seu ciclo de vida tendem a recorrer às CAEM's. As CAEM's são mensuradas na sua data de aquisição pelo método de aquisição ou da compra e este envolve a determinação do *goodwill/goodwill* negativo. As empresas-mãe dos grupos económicos têm a incumbência de apresentar contas consolidadas, para refletir de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho económico do grupo, como se fosse uma única entidade. Apesar dos seus inconvenientes, a consolidação de contas é um procedimento contabilístico útil, pois fornece informações à cerca do grupo aos seus utilizadores internos e externos.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO BENSAUDE

Este capítulo efetua uma breve apresentação do Grupo Bensaude, realçando a sua evolução ao longo do tempo e dando primazia aos seus principais acontecimentos históricos, refere também a missão, a visão, os valores, as estratégias adotadas pelo grupo e caracteriza a sua estrutura organizacional.

3.1. Apresentação e história do Grupo Bensaude

É em 1820, na ilha de São Miguel que nasce o Grupo Bensaude. Abraham Assiboni, um judeu marroquino, emigra para os Açores e muda o seu apelido para Ben Saude. Ao deparar-se com uma população açoriana que se vestia com tecidos produzidos artesanalmente, porque o preço dos panos importados era elevado para a maioria dos açorianos, desloca-se através de burros de carga às freguesias do interior para vender as fazendas importadas a preços acessíveis. Ainda que, inicialmente as margens de lucro fossem reduzidas, este negócio traduziu-se numa grande inovação.

Destaca-se que, não era só Abraham que procurava fazer comércio em São Miguel, eram vários os emigrantes judeus. De forma a proteger a economia local, Abraham e os restantes judeus são obrigados pelas autoridades a gastarem os seus ganhos no mercado açoriano e, conseqüentemente, decidem usar os proveitos das suas vendas para comprar laranjas açorianas e vendê-las a Inglaterra. Esta iniciativa revolucionadora, de importar têxteis e exportar laranjas a Inglaterra, contribui para o crescimento da economia açoriana, que, até então, apresentava falta de identidade regional e cultura empresarial. Além disso, permite o acolhimento e integração dos judeus na vida social e cultural açoriana, que antes não se verificava devido à desconfiança que existia face a este povo.

Com a integração facilitada dos judeus nos Açores, os familiares de Abraham, os irmãos, o primo Salomão e, mais tarde, a mulher, a mãe e o filho Joaquim emigram para os Açores e adotam também o apelido Ben Saude. Os primeiros membros da família Bensaude apostam em vários negócios nos Açores, de entre eles, destaca-se o comércio de laranjas com Inglaterra. O ciclo da laranja foi um acontecimento marcante na história dos Bensaude e na economia açoriana, de facto metade das laranjas consumidas em Inglaterra eram provenientes dos Açores.

Contudo, a partir da década de 1850 com as várias epidemias na agricultura, há um declínio da produção e exportação da laranja. Em consequência disso, o desemprego aumenta e instala-se uma crise social. A grande maioria dos comerciantes deixa os Açores

e vão para outros destinos. No entanto, os Bensaude decidem ficar e oferecer um serviço especializado no transporte marítimo, na consignação e abastecimento de navios. Salienta-se que, a capacidade de adaptação a mudanças e de encontrar sempre um novo plano é uma característica-chave do Grupo Bensaude.

Com os serviços marítimos, as ilhas valorizam-se como plataformas de apoio à navegação e ganham uma importância estratégica no Atlântico Norte. Contudo, para que a economia açoriana continuasse a evoluir, faltava-lhe ganhar escala. Por essa razão, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, a segunda geração da família Bensaude decide investir noutros negócios. Em 1865, após a abolição do monopólio estatal do tabaco, investem na fundação da primeira fábrica de tabaco açoriana. Posteriormente, adquirem negócios na banca, fundando o Banco Lisboa & Açores; na pesca do bacalhau, criando a Parceria Geral de Pescarias; no turismo e na hotelaria, construindo o Hotel São Pedro e Terra Nostra; e, no setor aéreo, investindo na Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos (SATA).

Uma pessoa que merece um especial destaque, pelo facto de ser uma grande impulsionadora destes investimentos, é o empresário Vasco Bensaude. Nascido em Lisboa, em 1896, Vasco Bensaude um homem metuculoso e obsessivo no trabalho, generoso e charmoso no trato, um cidadão do mundo, fica inesperadamente herdeiro do património da sua família. Como era apaixonado pelo mar, pela navegação e pelos navios, dá continuidade ao percurso que os seus antecedentes haviam começado, dedica-se ao projeto e desenho de navios e investe na Empresa Insulana de Navegação, a companhia de navegação mais antiga de Portugal, adquirida pelo seu tio Abraão em 1873.

Apesar das suas capacidades, Vasco era jovem, inexperiente na área empresarial e necessitava de um braço direito para gerir os negócios do seu grupo. Esta pessoa foi Medeiros e Almeida, um visionário que trouxe novos negócios e empresas para o grupo, nomeadamente, o banco Micaelense, a Açoreana Seguros, a JHO, a Mutualista Açoreana e o Varela.

A morte de Vasco Bensaude em 1967 e o 25 de Abril em 1974, faz com que o grupo perca grande parte do seu património, o Banco Micaelense, a Fábrica de Tabaco Micaelense (FTM), a Açoreana Seguros, a Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos (SATA), bem como participações qualificadas noutras empresa.

No final da década de setenta, perante as dificuldades que estava a enfrentar, o grupo adapta-se e aposta na consolidação das suas áreas estratégicas: os combustíveis, o

turismo, os transportes marítimos e terrestres. Na 2ª metade dos anos 80, os negócios voltam a estar estruturados e os anos seguintes são anos de contínua recuperação, são vendidos alguns negócios para investir noutros.

Já no início deste Milénio, com Luís Bensaude à frente do grupo, são efetuados investimentos estratégicos e financeiramente avultados dos quais se realça, em 2005, a entrada no concurso publico para a privatização da EDA, do qual sai vencedor e, em 2007, a aquisição do grupo NSL, o maior negócio privado realizado nos Açores, onde passa a deter 80% da empresa INSCO, referência do retalho nos Açores (Wonder\ Whay Stories, 2020).

Em 2020, o grupo celebra os seus 200 anos de atividade, altura em que surge uma nova identidade corporativa, sob o mote “evoluir em nome do futuro”, passando este a ser o novo foco do Grupo Bensaude, “o Crescimento Sustentável dos seus negócios no futuro”. Acreditam que os valores e a tradição que acompanham a sua história são importantes para o caminho que querem continuar a trilhar no futuro. Não é coincidência, que em 2021 dá-se o lançamento do livro “Alto Mar”, com uma breve história da longa vida do Grupo Bensaude, para mostrar a essência deste grupo empresarial.

O grupo acompanha a evolução da tecnologia. Em 2021, a Bensaude Participações investe em negócios digitais, na Azores Hive e na Sparkyway e, em 2022, a INSCO lança o seu novo centro comercial online. Além do mais, desenvolve internamente plataformas tecnológicas inovadoras, sendo um exemplo, o Bedocs, uma plataforma que permite a desmaterialização dos documentos fiscais.

Mais recentemente, em 2023, o grupo faz um grande investimento numa nova fábrica de indústria alimentar, na ilha de São Miguel, a CFA - Centros de Fabrico dos Açores, uma indústria de processamento de carnes, panificação, pastelaria e pescado.

Atualmente, o grupo detém mais de cinco dezenas de empresas divididas por 5 áreas de negócio: distribuição, energia, marítima e logística, turismo e serviços e conta com mais de 3500 colaboradores, nos Açores e em Portugal Continental. É acompanhando continuamente a evolução do mercado, que o Grupo Bensaude vai construindo a sua história que poderá perdurar num futuro longínquo (Grupo Bensaude, 2023).

3.2. Missão, visão e valores do Grupo Bensaude

No ponto de vista de Teixeira (2022), a missão de uma organização é uma definição dos seus fins estratégicos. Além disso, é o enunciado dos propósitos gerais que expressam a

intenção fundamental da gestão global. Na prática, traduz-se numa filosofia básica de atuação da empresa, num ponto de partida para a definição de objetivos e responde à pergunta «Qual é o nosso negócio?».

O propósito do Grupo Bensaude consiste na contínua criação de valor, que resulta da consolidação das áreas de negócio em que já atua e do desenvolvimento de projetos inovadores. Na verdade, os resultados obtidos por um grupo económico dependem das sinergias que desenvolve, as empresas ao cooperarem entre si alcancem melhores resultados e contribuem mais facilmente para a criação de valor, e também da sua capacidade de inovar. Tratando-se de um grupo familiar, a contínua criação de valor vem no seguimento dos princípios e do projeto iniciado pelos seus fundadores e tem em vista garantir a transmissão de um património enriquecido às gerações futuras.

Na perspetiva do grupo empresarial açoriano também é fundamental a nível da gestão, garantir uma rentabilidade adequada dos capitais investidos. Efetivamente, os acionistas/sócios investem o seu capital na expectativa de obterem lucros futuros, sendo por isso crucial, maximizar a sua riqueza. Paralelamente, o grupo tenciona assegurar a criação de um ambiente de trabalho positivo e estimulante que potencie a valorização profissional e humana dos seus colaboradores (Grupo Bensaude, 2023).

Quanto à visão, esta representa o que a empresa quer ser no futuro e o que pretende alcançar. Uma visão simples, sucinta, inspiradora, ambiciosa, facilmente memorizável e alinhada com a missão e os valores é considerada uma boa visão (Santos, 2014).

A longo prazo, o Grupo Bensaude ambiciona um crescimento sustentável para as suas atividades e regiões onde opera. Desde o início da sua história, que possui uma forte ligação com a região dos Açores, esta é essencial para a sua identidade e para o desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, compromete-se com o desenvolvimento sustentável dos Açores, procurando desenvolver negócios que fortaleçam a região, possam criar novas oportunidades e destacar as suas potencialidades (Grupo Bensaude, 2023).

No que diz respeito aos valores organizacionais, são os princípios orientadores de uma cultura organizacional, devem ser afixados e comunicados interna e externamente. Bollinger e Neukam (2023) mencionam que quando os valores organizacionais são conhecidos por todas as pessoas que pertencem à organização, há um maior comprometimento destas com a organização.

Os valores que orientam o Grupo Bensaude são: a honestidade, a ambição, a orientação para o cliente e a sustentabilidade. Estes encontram-se afixados na sua sede e presentes na sua plataforma digital.

Não menosprezando os restantes valores organizacionais, a sustentabilidade é um valor de extrema importância para este grupo económico, faz parte da sua forma de ser e trabalhar. O conceito de sustentabilidade para o Grupo Bensaude é abrangente e apresenta três vertentes: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social.

O grupo preocupa-se diariamente com a forma como gere as suas atividades e em desenvolver projetos que possam garantir uma maior sustentabilidade económica. Prova disso, apela para o desenvolvimento dos produtos da região, desenvolvendo um trabalho de planificação junto do clube de produtores, que visa adequar, melhorar e aumentar a oferta de artigos provenientes dos Açores; alavanca e incentiva a economia local e os pequenos produtores, adquirindo produtos junto do mercado local e dos produtores locais; trabalha no sentido de abastecer combustível e gás a toda a região açoriana; aposta em energias renováveis; contribui para o desenvolvimento do setor turístico dos Açores, com uma oferta hoteleira de qualidade; compromete-se com uma cobertura de transportes terrestres e marítimos mais completa; reinveste os capitais gerados pelas suas empresas nas mesmas, para garantir a estabilidade e o equilíbrio na gestão dos negócios; e, procura assegurar a gestão e manutenção dos postos de trabalho existentes, nos vários processos de aquisição e fusão onde esteve e está envolvido.

Relativamente à sustentabilidade ambiental, o grupo em todas as suas atividades tem revelado também uma preocupação com o ambiente, sendo o maior exemplo desta preocupação, o Parque Terra Nostra que tem contribuído para a manutenção da diversidade, preservação e reprodução das espécies (Grupo Bensaude, 2023).

Além do mais, o grupo empresarial açoriano cria projetos não produtivos, de carácter social, educacional, cultural e de muitas outras naturezas, que têm em vista melhorar a vida individual e coletiva (Couto *et al.*, 2014). Destacam-se, os sistemas criados para recolher e distribuir os alimentos não utilizados a Instituições de Solidariedade Social, os prémios anuais de mérito escolar, os estágios curriculares, as visitas de estudo que acolhe às suas empresas, as relações de trabalho fortes e duradouras que estabelece com os seus colaboradores, o investimento realizado na formação profissional, os protocolos de cooperação e o apoio a manifestações culturais nos Açores (Grupo Bensaude, 2023).

3.3. Estratégias adotadas pelo Grupo Bensaude

Qualquer empresa deve delinear uma estratégia, que Strickland *et al.* (2020) definem como um conjunto coordenado de ações desenvolvidas pelos seus gestores, com o intuito de garantir a sua sobrevivência e um crescimento sustentável (a médio e a longo prazo).

No que se refere aos tipos de estratégias, existem vários, realçando-se: as estratégias de integração e as estratégias de diversificação utilizadas pelo Grupo Bensaude.

A integração de atividades consiste em participar nos vários processos de uma cadeia de valor. Se a empresa expandir o seu leque de atividades no sentido das fontes de fornecimento, a integração ocorre a montante. Caso a expansão se realize no sentido dos consumidores finais, a integração dá-se a jusante.

Na área de negócio da energia do Grupo Bensaude, no setor dos Combustíveis, existe uma integração a jusante, dado que o grupo armazena, distribui e comercializa combustíveis, isto é, controla as etapas finais da cadeia de valor do combustível. A Bencom armazena e distribui combustíveis líquidos; a Petroaçores armazena combustíveis na Ilha de São Miguel; a Terparque armazena combustíveis líquidos e GPL para o abastecimento da Ilha da Terceira; a JHO comercializa e distribui combustíveis nos Açores, através das bandeiras Repsol e Azoria; e, a NSL Combustíveis concessionária e lubrifica combustíveis da marca Mobil (Grupo Bensaude, 2023).

Em relação às estratégias de diversificação, são adotadas geralmente por empresas que se encontram numa fase de maturidade, onde as oportunidades de crescimentos são limitadas e condicionam a sua capacidade de gerar receitas e lucros. As empresas podem entrar em novas áreas de negócio e em novos mercados, optando por adquirir uma empresa existente, realizar um investimento de raiz, ou formar alianças estratégicas com uma ou mais empresas. O certo é que formular estratégias de diversificação é desafiante, pois envolve avaliar vários ambientes de indústria, desenvolver para cada negócio uma estratégia e definir uma estratégia corporativa (Strickland *et al.*, 2020).

O Grupo Bensaude tem diversificado a sua atividade, basta pensar no percurso que tem construído até ao momento. O grupo foi desenvolvendo atividades na área de negócio da distribuição, procurando atuar no mercado grossista, no mercado do retalho, na indústria alimentar e no *research & development* em praticamente todo o arquipélago dos Açores, merecendo uma especial atenção a empresa INSCO adquirida pelo Grupo Bensaude em 2007; na área da energia, constituindo em 1992 a Bencom e, ao longo do tempo, outras empresas que se dedicam à armazenagem, distribuição e comercialização

de combustíveis; na área marítima e logística, buscando uma oferta integrada, em todo o circuito de carga, sendo a empresa Mutualista Açoreana um exemplo de um investimento estratégico que resultou de uma fusão em 1920 entre a Navegação Açoreana e a Micaelense; na área de negócio do turismo, em diversas ilhas açorianas e em Lisboa, procurando construir unidades hoteleiras de raiz; e, na área de negócio dos serviços, prestando serviços diversificados, como é o caso dos serviços de transportes e inspeção, em várias ilhas do arquipélago dos Açores (Grupo Bensaude, 2023).

3.4. Estrutura organizacional do Grupo Bensaude

A estrutura organizacional é a ferramenta que permite dividir uma organização em departamentos e divisões, a fim de estabelecer interações e distribuir direitos e responsabilidades entre eles (Trushin, 2023).

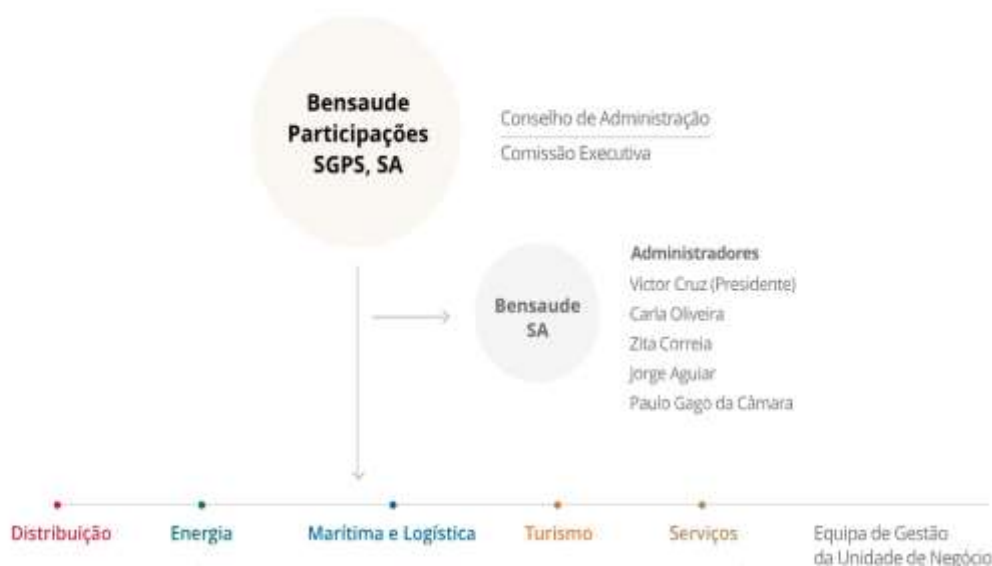
Villani (2018) destaca que a estrutura organizacional tem como intuito auxiliar a empresa no alcance dos seus objetivos e na realização eficiente e eficaz das suas atividades. Sendo um recurso essencial para o sucesso de qualquer empresa, a sua adoção é fundamental, assim como a sua contínua adaptação face à evolução das necessidades da empresa. Na fase embrionária de um negócio normalmente as operações são geridas por uma única pessoa, porém com a evolução do tempo e o aumento do trabalho, existe a necessidade de envolver mais indivíduos e distribuir tarefas e funções, sendo a estrutura organizacional por esse motivo dinâmica e não estática.

No que diz respeito às estruturas organizacionais, existem várias: funcionais, simples, divisionárias e matriciais. As estruturas funcionais reúnem num departamento todos os colaboradores que desempenham as mesmas funções (Chala, 2016); as estruturas simples são caracterizadas por Robbins e Judge (2014), como estruturas utilizadas por pequenas empresas, onde a autoridade é centralizada numa única pessoa e o grau de departamentalização é baixo; as estrutura divisionárias dividem tarefas, tendo em conta a diversidade de produtos, serviços, mercados ou processos da empresa (Teixeira, 2022); e, as estrutura matriciais contêm duas formas de departamentalização: funcional e por produto (Robbins e Judge, 2014).

A estrutura organizacional do Grupo Bensaude é caracterizada como sendo uma estrutura divisionária, pelo facto de dividir tarefas tendo em consideração as suas unidades de negócio. Cada divisão representada por uma unidade de negócio, segundo Teixeira (2022) é independente das restantes, pois apresenta os seus próprios produtos,

serviços e mercados. Na Figura 1 encontra-se presente a estrutura organizacional do Grupo Bensaude.

Figura 1. Estrutura organizacional do Grupo Bensaude



Fonte: Estrutura Organizacional (Grupo Bensaude, 2023)

De seguida, descreve-se cada elemento desta estrutura.

3.4.1. Bensaude Participações SGPS, S.A.

A Bensaude Participações SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo Bensaude, é uma entidade privada, sediada em Ponta Delgada, identificada com o contribuinte – 512058598, que assume a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e possui um capital social de 2.500.000,00 €. Em relação à sua atividade principal, esta consiste em adquirir, gerir ou administrar e alienar participações sociais não financeiras, com a finalidade de intervir na gestão e controlo das sociedades participadas, pelo que se enquadra no CAE- 64202 – SGPS não financeiras.

O Conselho de Administração da Bensaude Participações SGPS, S.A. é constituído por nove membros, uma presidente, um vice-presidente e sete administradores, reúne-se no mínimo seis vezes por ano e tem como principal função representar o grupo. Para além disso, compete-lhe deliberar sobre os seguintes assuntos: aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; modificações importantes na estrutura orgânica do Grupo Bensaude; mudança de sede da empresa-mãe; cooptação de administradores na empresa-mãe; pedido de convocação de assembleias gerais; relatórios e contas anuais da Bensaude

Participações SGPS, S.A.; e prestação de cauções, bem como de garantias pessoais ou reais pela empresa-mãe. Acrescenta-se ainda que, deverá apreciar e validar os seguintes assuntos: aumentos de capital das sociedades diretamente participadas; projetos de fusão, de cisão e de transformação das sociedades participadas; escolha dos representantes nas sociedades participadas não dominadas; relatório de gestão e as contas do exercício das sociedades diretamente participadas; proposta de aplicação de resultados das sociedades diretamente participadas; aquisição, alienação e oneração de bens imóveis das sociedades participadas; e, modificações importantes na organização das sociedades participadas.

No que diz respeito à Comissão Executiva da empresa-mãe do Grupo Bensaude, é um grupo diretivo mais restrito, composto por um presidente e três administradores executivos, os quais têm assento no Conselho de Administração e reúne-se pelo menos duas vezes por mês. Compete à Comissão Executiva, acompanhar a atividade das sociedades participadas: preparar as reuniões do Conselho de Administração, elaborando a respetiva ordem de trabalhos, propondo as deliberações a serem tomadas e preparando a apresentação dos temas a serem analisados; assegurar e controlar a implementação das decisões tomadas em sede de Conselho de Administração; levar à apreciação do Conselho de Administração todos os assuntos que entenda conveniente serem nele apreciados; escolher os responsáveis executivos das Unidades de Negócio; aprovar os conselhos de gerência/gestores de negócio das respetivas empresas/negócios; deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja delegada pelo Conselho de Administração (Grupo Bensaude, 2023).

3.4.2. Bensaude S.A.

A empresa Bensaude S.A. tem a sua sede localizada em Ponta Delgada, o seu contribuinte é o 512004030, apresenta a forma jurídica de Sociedade Anónima e um capital social de 10.000.000,00 €.

A Bensaude S.A. é uma empresa que presta um conjunto de serviços transversais às diversas empresas do Grupo Bensaude. A sua atividade principal enquadra-se no CAE 69200 – Contabilidade, auditoria e consultoria fiscal e no CAE 62090 – Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática, prestando serviços nas seguintes áreas: consultoria empresarial, de gestão e fiscal, contabilidade, auditoria, informática, recursos humanos, compra, venda e aluguer ou arrendamento de bens móveis ou imóveis.

É de salientar que, o Grupo Bensaude poderia ter contratado uma empresa externa para prestar estes serviços, recorrendo ao *outsourcing*. Na perspetiva do grupo, a concentração deste tipo de atividades e funções permite uma centralização de competências que facilita o desenvolvimento e criação de novos métodos de trabalho, permitindo a harmonização e melhorias de processos, agilidade e eficiência dos mesmos e, não menos importante, a redução de custos administrativos. Para além destes aspetos, este modelo permite às equipas de gestão maior tempo disponível para direcionar a sua atenção em questões estratégicas do negócio e nas necessidades dos seus clientes.

3.4.3. Áreas de negócio do Grupo Bensaude

Como já referido, as empresas que compõem o Grupo Bensaude desenvolvem atividades agrupadas em 5 áreas de negócio: distribuição, energia, marítima e logística, turismo e serviços.

A área de negócio da distribuição compromete-se em oferecer produtos de alta qualidade aos açorianos e procura trabalhar com as melhores marcas, investir na integração, no crescimento e no desenvolvimento dos seus colaboradores, adquirir infraestruturas modernas e eficazes, bem como apostar em produtos açorianos. Esta opera no mercado grossista e no mercado retalhista, oferecendo produtos na área alimentar, material de escritório, equipamentos de prevenção e segurança, tintas, entre outros. É nesta unidade de negócio, que está presente a rede de hipermercados Continente e as insígnias, Meu Super, MO, Wells, Worten, Sport Zone, Bom Bocado, Note! e Bagga.

A área de negócio da energia presta serviços no setor da armazenagem, distribuição e comercialização de combustíveis, por intermédio das seguintes empresas: Bencom, Petroaçores, Terparque, JHO e NSL Combustíveis; e, no setor da recolha e tratamento de resíduos, através da empresa Varela Ambiente. Adequar a sua oferta à realidade dos Açores e garantir que todos os requisitos ambientais sejam cumpridos fazem parte dos objetivos desta área de negócio.

A área de negócio marítima e logística possui uma enorme importância para o Grupo Bensaude. De facto, a história do grupo empresarial açoriano inicia-se no mar, os serviços de navegação estão na génese da sua atividade comercial, são mais de cem anos de experiência na arte de navegar. As empresas do grupo que desenvolvem a sua atividade neste sector, abrangem toda a cadeia de serviços que vão desde a recolha da carga,

transporte marítimo, agenciamento de navios e a entrega no destino final das mercadorias aos seus clientes.

A área de negócio do turismo surge em 1934 com a Sociedade Terra Nostra, fundada por Vasco Bensaude juntamente com um grupo de empresários açorianos e desde então tem vindo a crescer. O Grupo Bensaude ao longo do tempo tem sido um nome incontornável no Turismo nos Açores. Açores, Inovação, Tradição e Sustentabilidade são os conceitos-chave da sua vantagem competitiva. É acompanhando as tendências atuais, promovendo as tradições que caracterizam a arte de bem receber açoriana e desenvolvendo boas práticas sustentáveis, que o grupo continua a representar a missão assumida por Vasco Bensaude de desenvolver o turismo nos Açores.

Em última instância, a área de negócio dos serviços composta por 6 empresas com negócios diferentes, sendo estas: Centrovia, Farias, Ferrotec, Gruben, JHO e Varela, tem vindo a apostar na diversificação dos seus negócios. A diversificação tem permitido a esta área de negócio ter um grande conhecimento do mercado e responder aos desafios do mercado e da vida das pessoas (Grupo Bensaude, 2023).

Em síntese, o Grupo Bensaude foi fundado em 1820 na ilha de São Miguel por comerciantes de uma família judaica que emigram para os Açores e dedicam-se à importação de têxteis e exportação de laranjas açorianas. Ao longo de dois séculos, ainda que enfrentasse obstáculos e presenciasse crises, o grupo cresce nos Açores, diversificando as suas atividades, integrando algumas cadeias de valor e atualmente opera em cinco áreas de negócio: distribuição, energia, marítima e logística, turismo e serviços. Sendo um grupo familiar, a sua missão tem em vista a contínua criação de valor de modo a transmitir um património enriquecido às gerações futuras. O grupo privilegia valores como a honestidade, a ambição, a orientação para o cliente e a sustentabilidade e compromete-se com o desenvolvimento sustentável dos Açores. Ao repartir tarefas pelas suas unidades de negócio, a sua estrutura organizacional é caracterizada como sendo divisionária.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

O presente capítulo tem como intuito descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio. O estágio realizado no âmbito do programa Estagiar L, na Direção Administrativa e de Contabilidade da Bensaude, S.A., teve a duração total de um ano e três meses. No decurso do estágio foram desenvolvidas atividades na contabilidade da empresa JHO e, com vista a obter uma experiência prática no âmbito da consolidação de contas, elaborou-se o Balanço Consolidado e a DR Consolidada, de duas empresas do Grupo Bensaude, que por motivos de confidencialidade são denominadas de empresa M e empresa S. Seguidamente, apresenta-se as atividades desenvolvidas na contabilidade da JHO e no âmbito da consolidação de contas.

4.1. Atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa J.H. Ornelas

Na contabilidade da empresa JHO foram realizadas as seguintes atividades: lançamento e arquivo da documentação, obrigações fiscais, práticas de controlo interno e inquéritos estatísticos.

4.1.1. Lançamento e arquivo da documentação

Relativamente ao lançamento e arquivo da documentação, na contabilidade da empresa JHO, as faturas, as notas de crédito e as notas de débito são entregues pelo Secretariado do grupo após estarem aprovadas para serem contabilizadas.

No *software* contabilístico o utilizador acede ao documento pelo seu número externo, a grande maioria dos documentos encontram-se pré-preenchidos, pelo que o utilizador apenas tem de validar todas as informações, tais como: o nome do fornecedor, a data do documento, a data de registo, o número do documento externo, a conta de registo, o centro de custo se aplicável, o valor do IVA e o valor total, regista o documento, carimba-o, anota o número de registo e a data de registo, rubrica-o e arquiva-o pelo seu número de registo na pasta correspondente.

O Secretariado previamente digitaliza os documentos fiscais na plataforma informática Bedocs, através do seu QRCode e da sua requisição, a fim de serem posteriormente aprovados por todos os intervenientes que integram o fluxo de aprovação, contabilizados e, por fim, pagos. O Bedocs está sincronizado com o *software*

contabilístico por via da referência de cada documento e da sua requisição, encontrando-se assim a grande maioria dos documentos pré-preenchidos.

Salienta-se que, o Bedocs é uma plataforma *cloud* recentemente desenvolvida para gerir faturas, notas de crédito, notas de débito, com o propósito de desmaterializar os documentos fiscais. O Bedocs é uma ferramenta de trabalho útil, visto que não se trata apenas de um arquivo digital, este também permite aos vários utilizadores acompanhar o estado do documento desde a sua digitalização ao seu pagamento e ter acesso a informações relevantes acerca do mesmo.

Além da contabilização dos documentos fiscais, procedeu-se ao registo das folhas de caixa dos postos de abastecimento da JHO. O seu registo é realizado num diário padrão e consiste em creditar a conta caixa e, em contrapartida, debitar as contas bancárias e os gastos com comissões, sempre que forem devidas, tendo por base os talões de depósitos e os talões emitidos pelos TPA`s. Após serem contabilizadas as folhas de caixa diárias do mês em causa, constrói-se uma tabela dinâmica para averiguar a existência de diferenças no caixa, falhas ou sobras. Caso existem, é necessário entender o seu motivo analisando o relatório diário e, muitas vezes, questionando o responsável pelo posto de abastecimento e quem regista as vendas diárias do posto. No fim do mês o caixa deve estar saldado.

4.1.2. Obrigações fiscais

Qualquer entidade tem a obrigatoriedade de cumprir obrigações fiscais e a JHO não é exceção. Uma destas obrigações envolve o envio do ficheiro SAFT-PT, *Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version*, que abrange a informação constante dos sistemas de faturação e contabilidade. Ao abrigo da Portaria n.º 321-A/2007, qualquer sujeito passivo de IRC que tenha contabilidade organizada e exerça uma atividade comercial, industrial ou agrícola é obrigado a produzir este ficheiro.

Mensalmente, os responsáveis por cada estabelecimento da JHO enviam por correio eletrónico os ficheiros SAFT-PT de faturação no formato XML à contabilidade, esta valida-os e submete-os no portal da Administração Tributária. Segundo o Despacho n.º 8/2022-XXIII, de 13 de dezembro, enviado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, atualmente a data-limite da entrega do ficheiro corresponde ao dia 5 do mês àquele a que respeita a faturação.

4.1.3. Práticas de controlo interno

Na perspetiva de Schneider e Becker (2011), o controlo interno traduz-se num processo que auxilia as organizações no alcance de três categorias de objetivos definidos pela COSO, sendo estas: (1) operações eficazes e eficientes, (2) informação financeira fiável e (3) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

A conferência de fornecedores do grupo constitui numa prática de controlo interno. Nesta conferência emite-se o extrato de cada fornecedor do grupo e solicita-se às equipas de contabilidade o extrato do cliente JHO. Após serem obtidos ambos os extratos, verifica-se se o saldo da conta do fornecedor em análise na contabilidade da JHO é idêntico ao saldo da conta do cliente JHO na contabilidade da outra empresa do grupo. Caso sejam distintos, confere-se ambos os extratos com o propósito de aferir a razão de tal diferença. Em resultado desta operação, algumas vezes verifica-se a existência de faturas em falta, devendo identificar-se o motivo de não estarem contabilizadas e solicitar uma segunda via das mesmas.

4.1.4. Inquéritos estatísticos

A JHO responde a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade, sendo um exemplo, o INTRASTAT. O INTRASTAT é um inquérito que tem como intuito obter informações acerca das compras mensais de bens realizadas a países da União Europeia (Instituto Nacional de Estatística, 2024).

A contabilidade da JHO submete a resposta ao inquérito até ao dia 15 de cada mês, com as informações acerca das compras intracomunitárias efetuadas no mês em causa, nomeadamente, o código da mercadoria, o país de origem e destino, a natureza da transação, as condições de entrega, a massa líquida e o valor faturado. Antes de proceder à submissão da resposta, esta averigua se o total de faturação mensal do inquérito é idêntico ao somatório do montante de compras intracomunitárias e valida as informações.

Na eventualidade de receber documentos fiscais em que os fornecedores são intracomunitários após o dia 15, a contabilidade tem a possibilidade de incluir o valor destas compras intracomunitárias numa segunda resposta ao inquérito que substitui a primeira. A submissão da segunda resposta ocorre até ao dia 21 do mês da entrega da declaração periódica de IVA.

4.2. Atividades desenvolvidas no decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas

No decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas foram desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração das DF individuais, revisão do perímetro de consolidação, identificação do método de consolidação, elaboração dos procedimentos de pré-consolidação e das operações de consolidação.

A empresa Bensaude, S.A. anualmente elabora as DF da empresa-mãe do Grupo Bensaude, a Bensaude Participações SGPS, S.A.. Atendendo ao facto do Grupo Bensaude ser um grupo económico de grande dimensão, apenas foi possível experienciar o processo de consolidação de contas em duas empresas do grupo (empresa M e empresa S), no período económico entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022. Estas utilizam o SNC na preparação das suas DF individuais e consolidadas, M detém uma participação de 95% em S e contabiliza-a nas suas contas individuais recorrendo ao MEP.

4.2.1. Elaboração das demonstrações financeiras individuais

Embora não seja considerada uma etapa do processo de consolidação de contas, a elaboração das DF individuais é imprescindível para que o processo ocorra. Na verdade, as DF consolidadas resultam inicialmente de uma junção das DF individuais.

No Grupo Bensaude as DF individuais são preparadas após todas as operações contabilísticas respeitantes ao período de relato encontrarem-se concluídas. As equipas de contabilidade têm a obrigatoriedade no encerramento de contas de realizar procedimentos de controlo interno, nomeadamente, conferir saldos de fornecedores e clientes, e realizar reconciliações bancárias. Devem também verificar a existência de dívidas em mora; anular a estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos do ano anterior, bem como reconhecer e mensurar a estimativa do ano corrente; apurar o valor dos acréscimos e diferimentos; verificar o estado de todos os investimentos, em especial dos investimentos em curso e avaliar a necessidade de transferi-los para a conta específica de ativo; confirmar as transações e saldos com as partes relacionadas; calcular com base na matéria coletável estimada o imposto estimado; entre outros procedimentos.

Após a realização destas operações, devem transferir os saldos das contas de gastos (classe 6) e rendimentos (classe 7) para a conta 811 – Resultado Antes de Imposto (RAI). Tendo por base o RAI, calculam a estimativa de imposto (corrente e diferido), a derrama

e, posteriormente, apuram o RLP. Numa etapa seguinte, obtêm o balancete final e elaboram as DF.

No decurso do estágio, recorrendo ao balancete de cada uma das empresas, foram preparadas as DF individuais relativas ao período de relato de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, Balanço e DR. O Balanço e a DR da empresa M encontram-se nos Anexos I e II, e o Balanço e a DR da empresa S encontram-se nos Anexos III e IV, respetivamente.

4.2.2. Revisão do perímetro de consolidação

A revisão do perímetro de consolidação foi a primeira etapa do processo de consolidação de contas a ser realizada. Importa destacar que, não se trata da definição do perímetro de consolidação, porque não é a primeira vez que a empresa M consolida a empresa S.

Segundo Massa (2023), o perímetro de consolidação compreende um conjunto de empresas cujas contas vão ser objeto de consolidação pelo método integral. A sua delimitação baseia-se no conceito de controlo.

Para identificar as empresas a incluir na consolidação, deve-se numa etapa inicial elaborar um organograma do grupo, com as subsidiárias, os empreendimentos conjuntos e as associadas, assim como as respetivas percentagens de participação (Lopes, 2022).

Posteriormente, é calculada a percentagem de controlo que a entidade participante detém, direta ou indiretamente, nas participadas (Silva, 2018). Rodrigues (2015) afirma que a percentagem de controlo relaciona-se com o conceito de controlo económico, representa a percentagem de direitos de voto que a investidora consegue controlar, direta ou indiretamente, na participada e mostra o grau de dependência da participada em relação à investidora.

Ao invés da percentagem de controlo, a percentagem de participação está associada à noção de controlo jurídico e representa a fração do capital social que a investidora detém, direta ou indiretamente, na participada (Rodrigues, 2015). No que diz respeito à sua importância, Silva (2018) menciona que a percentagem de participação permite definir a percentagem a consolidar e a percentagem que pertence aos INC.

Tendo em consideração Macedo *et al.* (2013), quando a entidade adquirente detém diretamente parte do capital da adquirida, regra geral, a percentagem de controlo corresponde à percentagem de participação. Se a entidade participante exerce um controlo

exclusivo sobre a participada e esta possui uma participação noutra entidade (subfilial), a percentagem de controlo da empresa-mãe na subfilial coincide com a percentagem de interesse da subsidiária na subfilial. Caso não exerça um controlo exclusivo sobre a participada, não controla a subfilial.

A percentagem de interesse da entidade participante nas subfiliais diz respeito ao produto da percentagem de interesse nas filiais e a percentagem de participação das filiais nas subfiliais, enquanto a percentagem de controlo é obtida através da soma das percentagens de direitos de voto que a entidade adquirente consegue controlar indiretamente nas subfiliais (Silva, 2018).

No que concerne às empresas cujo processo de consolidação é objeto de análise, a percentagem de interesse e controlo de M em S é igual a 95%. Uma vez que, a percentagem de participação é superior a 50% e não existe nada em contrário, M exerce um controlo exclusivo sobre S, S é uma subsidiária de M, M é obrigada a elaborar contas consolidadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e ambas as empresas integram o perímetro de consolidação. Salienta-se que, existem INC de 5%, pois embora a empresa-mãe detenha a maioria dos direitos de voto da sua subsidiária, não detém a totalidade.

4.2.3. Identificação do método de consolidação

O MCI, o MCP e o MEP constituem os principais métodos adotados no processo de consolidação de contas.

O MCI é o método mais utilizado quando a empresa-mãe exerce um controlo exclusivo sobre a sua subsidiária (Alves e Carmo, 2021). Segundo os parágrafos 2 da NCRF 15 – Investimento em Subsidiárias e Consolidação e 86 do Apêndice B da IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, este método consiste em combinar as DF da empresa-mãe e das suas subsidiárias linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos. O MCI compreende o reconhecimento dos INC, das diferenças de aquisição, a eliminação das operações intragrupo e a anulação das dívidas entre empresas do grupo (Ribeiro, 2010).

Relativamente ao MCP, de acordo com Alves e Carmo (2021) é um método apropriado quando a empresa-mãe controla conjuntamente uma entidade. Este método é apenas utilizado no SNC e consiste em combinar linha a linha a parte de um empreendedor em cada um dos ativos, passivos, rendimentos e gastos de uma entidade

conjuntamente controlada com itens semelhantes das DF do empreendedor, ou relatá-la como linhas de itens separadas nas DF do empreendedor (§4 da NCRF 13). Além de se integrar proporcionalmente os elementos do Balanço e da DR, deve-se reconhecer as diferenças de aquisição e anular as operações intragrupo, na proporção da participação financeira. Ao invés do MCI, no MCP não é necessário reconhecer os INC, pelo facto de ser integrada a proporção dos elementos patrimoniais das empresas participadas (Ribeiro, 2010).

Carvalho (2011) faz referência ao facto de existir uma diferença entre o SNC e o normativo IAS/IFRS quanto às entidades conjuntamente controladas. Enquanto no normativo nacional, recorre-se ao MCP na elaboração de DF consolidadas, no normativo internacional, o método utilizado é o MEP.

Considerado por diversos autores como um método de contabilização dos investimentos financeiros e não de consolidação, no SNC, o MEP é um método obrigatório nas contas individuais e nas DF consolidadas, sempre que exista influência significativa. Enquanto nas IFRS, é recorrido em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Macedo (2012) refere que no MEP não existe agregação de rubricas das DF entre a empresa-mãe e a associada. No Balanço consolidado a quantia escriturada do investimento é ajustada na proporção da percentagem de interesse da empresa-mãe na associada. A DR consolidada inclui meramente os gastos e perdas, bem como os rendimentos e ganhos da consolidante, devendo a consolidante adicionar ao seu resultado líquido a sua quota-parte do resultado da consolidada.

No que diz respeito às duas empresas, M e S, o método de consolidação é o MCI, pelo facto da empresa S constituir uma subsidiária da empresa M.

4.2.4. Procedimentos de pré-consolidação

De forma que as DF individuais das empresas a consolidar respeitam os mesmos pressupostos e critérios de mensuração adotados na elaboração das DF consolidadas, devem realizar-se procedimentos de pré-consolidação.

As DF da empresa-mãe e das suas subsidiárias devem ser preparadas a partir da mesma data de relato (Macedo *et al.*, 2013). Quando a data das DF individuais da subsidiária for diferente da data das DF consolidadas, que corresponde à data das DF da empresa-mãe, a subsidiária tem de preparar DF adicionais com referência à data das DF da empresa-mãe. Caso seja impraticável, deve efetuar ajustamentos para mostrar o

impacto das transações e dos acontecimentos significativos ocorridos entre ambas as datas. Em qualquer situação, a diferença entre datas não pode ser superior a 3 meses (Apêndice B §§92 e 93 da IFRS 10; §§16 e 17 da NCRF 15).

Na consolidação de contas as DF individuais de todas as entidades que integram o perímetro de consolidação devem ser relatadas na mesma moeda. Dito de outro modo, cada entidade a consolidar deve expressar os seus resultados e a sua posição financeira através de uma moeda que têm em comum (Berheci, 2008). Sempre que as subsidiárias utilizam uma moeda diferente da moeda de relato, Lopes *et al.* (2020) afirmam que devem proceder à conversão cambial das suas DF. Macedo *et al.* (2013) definem conversão cambial como um processo de tradução das DF individuais em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das DF consolidadas. Geralmente, a moeda de apresentação é a moeda funcional da empresa-mãe, ou seja, a moeda adotada pelo ambiente económico onde esta se insere.

Outro dos procedimentos de pré-consolidação consiste em harmonizar políticas contabilísticas ou critérios valorimétricos entre todas as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação. Em conformidade com Macedo *et al.* (2013), para elaborar DF consolidadas de qualidade, as entidades pertencentes ao grupo devem adotar políticas contabilísticas uniformes, face a transações e acontecimentos idênticos, em situações semelhantes. Se as políticas contabilísticas utilizadas nas DF individuais de uma entidade que integra o grupo diferirem das adotadas nas DF consolidadas para transações e outros acontecimentos idênticos, em circunstâncias semelhantes, tal como se encontra disposto nos parágrafos 19 da IFRS 10 e 18 da NCRF 15, têm de ser realizados ajustamentos na preparação das DF consolidadas. Qualquer ajustamento ou reclassificação dos elementos das DF, respeitante a critérios valorimétricos ou a políticas contabilísticas deve ser avaliado de forma prudente quanto à sua relevância e materialidade.

No Grupo Bensaude as DF da empresa-mãe e das suas filiais são preparadas a partir da mesma data de relato, o que significa que, não têm de preparar DF adicionais ou realizar ajustamentos; as suas subsidiárias não utilizam uma moeda diferente da moeda de relato, dado que o grupo não possui empresas sediadas fora do território nacional, logo não existe conversão cambial de DF; e, ao longo do exercício económico, as empresas utilizam as mesmas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos idênticos.

Relativamente à uniformização das políticas contabilísticas, o grupo empresarial açoriano possui um Manual de Procedimentos de Registo e Controlo de Ativos Fixos

Tangíveis e Intangíveis, com o intuito de criar regras e procedimentos de aquisição, registo, cadastro e controlo dos ativos uniformes e transversais a todas as empresas do grupo. O Manual aplica-se a todas as empresas do grupo e compreende todos os tipos de bens, que sejam classificados como ativos fixos tangíveis e intangíveis, desde a sua aquisição ou construção, até à sua desafetação da empresa por motivo de alienação ou abate. Releva-se o facto do grupo apresentar um Cadastro de Ativos, na qual teve também oportunidade de trabalhar no decurso do estágio, que controla e monitoriza todo o processo de imobilizado, para garantir a não ocorrência de disparidades no tratamento contabilístico atribuído aos ativos uniformes.

Assim sendo, no processo de consolidação de contas das empresas M e S não existiu necessidade de realizar procedimentos de pré-consolidação.

4.2.5. Operações de consolidação

As operações de consolidação envolveram as seguintes etapas: agregação das DF individuais, anulação das operações intragrupo, anulação dos efeitos decorrentes da aplicação do MEP, eliminação da participação financeira e, por fim, reconhecimento e valorização dos INC.

Após a elaboração dos procedimentos de pré-consolidação, no MCI procedeu-se à adição, linha a linha, da totalidade dos valores que estavam presentes nas rubricas das DF (§12 da NCRF 15). A agregação dos Balanços das empresas M e S, encontra-se no Anexo V e das DR no Anexo VI, mais especificamente, na coluna – Soma.

Numa etapa posterior à agregação das DF individuais anulou-se as operações internas que ocorreram entre ambas as empresas (Macedo *et al.*, 2013). À luz do disposto nos parágrafos 14 e 15 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação e na alínea c) do parágrafo 86 do Apêndice B da IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, saldos, transações, rendimentos e gastos que resultam de operações intragrupo devem ser eliminados por inteiro, assim como os resultados provenientes de transações intragrupo que estejam reconhecidos nos ativos, tais como inventários e ativos fixos tangíveis, de forma a refletir unicamente os resultados provenientes de transações que o grupo estabelece com terceiros. No MCI os saldos e transações intragrupo são eliminados, regra geral, pela sua totalidade.

Para anular as vendas realizadas pela empresa M à empresa S e as compras efetuadas pela S à M recorreu-se à seguinte metodologia: no *software* de contabilidade da empresa

M, seleccionou-se na lista de clientes, o cliente S e da empresa S, na lista de fornecedores, o fornecedor M; posteriormente, obteve-se os movimentos que ocorreram no período de relato de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 no cliente S e no fornecedor M; copiou-se as linhas para um ficheiro Excel; ocultou-se as linhas que não respeitavam a vendas e a compras, permanecendo apenas no cliente S uma fatura de venda e no fornecedor M uma fatura de compra; numa etapa seguinte, através do número de registo de ambas as faturas, no *software* de contabilidade de cada empresa acedeu-se aos seus movimentos contabilísticos; e, por último, copiou-se estes movimentos para o ficheiro Excel.

Os movimentos contabilísticos resultantes da contabilização da fatura de venda e da fatura de compra, encontram-se elencados nas Figuras 2 e 3, respetivamente.

Figura 2. Movimentos contabilísticos provenientes da contabilização da fatura de venda na contabilidade da empresa M

| Data Registo | Nº Conta C/G | Valor Débito | Valor Crédito | Valor | Data Documento |
|--------------|--------------|--------------|---------------|--------|----------------|
| 30/08/2022 | 718 | 5,68 | | 5,68 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 711 | | 56,79 | -56,79 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 611 | 0,12 | | 0,12 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 611 | 0,18 | | 0,18 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 611 | 37,57 | | 37,57 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 321 | | 0,12 | -0,12 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 321 | | 0,18 | -0,18 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 321 | | 37,57 | -37,57 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 2433 | | 8,18 | -8,18 | 30/08/2022 |
| 30/08/2022 | 211 | 59,29 | | 59,29 | 30/08/2022 |

Fonte: *Software* de contabilidade da empresa M

Com base na Figura 2, nos movimentos contabilísticos que provém da contabilização da fatura de venda, o saldo da conta 71 (vendas) é um saldo credor de 51,11 € (56,79 € - 5,68 €) tal como já era expectável, porque as contas de rendimentos creditam-se pelos aumentos e debitam-se pelas diminuições.

Figura 3. Movimentos contabilísticos que advém da contabilização da fatura de compra na contabilidade da empresa S

| Data Registo | Data Documento | Nº Conta C/G | Valor | Valor Débito | Valor Crédito |
|--------------|----------------|--------------|--------|--------------|---------------|
| 30/08/2022 | 30/08/2022 | 638 | 51,11 | 51,11 | |
| 30/08/2022 | 30/08/2022 | 2432 | 8,18 | 8,18 | |
| 30/08/2022 | 30/08/2022 | 221 | -59,29 | | 59,29 |

Fonte: *Software* de contabilidade da empresa S

Observando a Figura 3, é possível aferir que nos movimentos contabilísticos que advém da contabilização da fatura de compra, o saldo da conta 63 (gastos com o pessoal) é um saldo devedor de 51,11 €. Como as contas de gastos debitam-se pelos aumentos e creditam-se pelas diminuições era previsível que o saldo fosse devedor.

De forma a eliminar as vendas efetuadas pela empresa S à empresa M e as compras realizadas pela M à S, adotou-se outro método, visto que existem mais transações e o método utilizado anteriormente não é eficaz nem eficiente, quando o número de transações é superior, por ser demoroso. Este segundo método compreendeu as seguintes etapas: no *software* de contabilidade da empresa S, obteve-se os movimentos contabilísticos que ocorreram nas subcontas da classe 7 (rendimentos), entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 no cliente M e da empresa M os movimentos contabilísticos nas subcontas da classe 6 (gastos) no fornecedor S; e, copiou-se todas as linhas para um ficheiro Excel.

Importa salientar que, na contabilidade da empresa M, no fornecedor S, não ocorreram movimentos contabilísticos nas subcontas das classes 3 (inventários) e 4 (investimentos). Não obstante, as empresas do grupo também podem transacionar entre si inventários, ativos fixos tangíveis e não, unicamente, bens para consumo. Se a empresa S, porventura, vendesse mercadorias (inventários) à empresa M e parte destas mercadorias, à data de relato, ainda se encontravam em *stock*, além da eliminação das vendas e compras recíprocas, era necessário também anular a margem de lucro não realizada incluída nos inventários da entidade M (Alves e Carmo, 2021).

Os movimentos contabilísticos nas subcontas das classes 7 (rendimentos) e 6 (gastos), que resultam das transações ocorridas entre as duas empresas, encontram-se nas Figuras 4 e 5, respetivamente.

Figura 4. Movimentos contabilísticos nas subcontas da classe 7 (rendimentos) na contabilidade da S provenientes das vendas/prestações de serviços realizadas à M

| Data Registo | Data Documento | Nº Conta C/G | Valor | Valor Débito | Valor Crédito |
|--------------|----------------|--------------|--------|--------------|---------------|
| 21/12/2022 | 21/12/2022 | 721 | -20 | | 20 |
| 28/10/2022 | 28/10/2022 | 721 | -20 | | 20 |
| 15/09/2022 | 15/09/2022 | 721 | -40 | | 40 |
| 15/09/2022 | 15/09/2022 | 721 | -48 | | 48 |
| 31/05/2022 | 31/05/2022 | 721 | -15 | | 15 |
| 29/04/2022 | 29/04/2022 | 721 | -20 | | 20 |
| 29/03/2022 | 29/03/2022 | 721 | -15 | | 15 |
| 29/03/2022 | 29/03/2022 | 721 | -18 | | 18 |
| 10/02/2022 | 10/02/2022 | 721 | -15 | | 15 |
| 10/02/2022 | 10/02/2022 | 721 | -18 | | 18 |
| 15/09/2022 | 15/09/2022 | 711 | -24,03 | | 24,03 |
| 18/07/2022 | 18/07/2022 | 711 | -81,34 | | 81,34 |
| 10/02/2022 | 10/02/2022 | 711 | -1,54 | | 1,54 |

Fonte: *Software* de contabilidade da empresa S

Considerando a Figura 4 e efetuando a soma dos valores a crédito nas subcontas da classe 7 (rendimentos), conclui-se que nos movimentos contabilísticos que provém das vendas/prestações de serviços realizadas pela empresa S à empresa M, o saldo da conta 71 (vendas) é um saldo credor de 106,91 € e o saldo da conta 72 (prestações de serviços)

um saldo credor de 229,00 €, totalizando nas contas da classe 7 (rendimentos) um saldo credor de 335,91 €.

Figura 5. Movimentos contabilísticos nas subcontas da classe 6 (gastos) na contabilidade da M que advém das compras efetuadas à S

| Data Registo | Nº Conta C/G | Valor Débito | Valor Crédito | Valor | Data Documento |
|--------------|--------------|--------------|---------------|-------|----------------|
| 31/08/2022 | 6231 | 81,34 | | 81,34 | 18/07/2022 |
| 31/05/2022 | 6231 | 15 | | 15 | 31/05/2022 |
| 29/04/2022 | 6231 | 20 | | 20 | 29/04/2022 |
| 31/03/2022 | 6231 | 33 | | 33 | 29/03/2022 |
| 28/02/2022 | 6231 | 34,54 | | 34,54 | 10/02/2022 |
| 27/12/2022 | 6226 | 20 | | 20 | 21/12/2022 |
| 31/10/2022 | 6226 | 20 | | 20 | 28/10/2022 |
| 28/09/2022 | 6226 | 40 | | 40 | 15/09/2022 |
| 28/09/2022 | 6221 | 72,03 | | 72,03 | 15/09/2022 |

Fonte: *Software* de contabilidade da empresa M

Visualizando a Figura 5 e adicionando os valores a débito nas subcontas da conta 62 (fornecimentos e serviços externos), constata-se que nos movimentos contabilísticos resultantes das compras efetuadas pela empresa M à empresa S, o saldo da conta 62 (fornecimentos e serviços externos) é um saldo devedor no valor de 335,91 €.

De seguida, na Tabela 1 apresenta-se uma tabela resumo com o saldo de cada uma das contas das classes 6 (gastos) e 7 (rendimentos) nas transações realizadas entre as duas empresas do grupo.

Tabela 1. Tabela resumo com a informação relativa às transações intragrupo

| Empresa | | | Empresa S | |
|-----------|--------------|--|---|---------------------------|
| | | | Transmitente/Prestadora de serviços | Adquirente |
| | | | 71 - Vendas/72 - Prestações de Serviços | 63 - Gastos com o pessoal |
| Empresa M | Transmitente | 71 - Vendas | | 51,11 |
| | Adquirente | 62 - Fornecimentos e serviços externos | 335,91 | |

Através da Tabela 1, verifica-se que o saldo credor da conta 71 (vendas) de 51,11 € na contabilidade da empresa M é igual ao saldo devedor da conta 63 (gastos com o pessoal) na contabilidade da empresa S, quando M é a transmitente e S a adquirente. Por outro lado, se S é a transmitente/prestadora de serviços e M a adquirente, o saldo credor das contas 71 (vendas) e 72 (prestações de serviços) na contabilidade da empresa S de 335,91 € é coincidente com o saldo devedor da conta 62 (fornecimentos e serviços externos) na contabilidade da empresa M.

Torna-se importante especificar na Tabela 1 cada conta da classe 6 (gastos), pelo facto de na DR existirem diferentes rubricas de gastos e, conseqüentemente, a conta 63 (gastos

com o pessoal) dizer respeito à rubrica – Gastos com Pessoal e a conta 62 (fornecimentos e serviços externos) à rubrica - Fornecimentos e Serviços Externos.

Os ajustamentos que devem ser realizados na contabilidade de ambas as empresas a fim de eliminar as vendas e compras recíprocas são apresentados nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2. Eliminação da venda realizada pela M à S e da compra efetuada pela S à M

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--|--------|---------|
| Vendas e serviços prestados | 51,11 | |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | | 51,11 |

Tabela 3. Eliminação das vendas/prestações de serviços efetuadas pela S à M e das compras realizadas pela M à S

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--|--------|---------|
| Vendas e serviços prestados | 335,91 | |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | | 335,91 |

Ambos os ajustamentos têm impacto nas rubricas – Vendas e Serviços Prestados e Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas da DR Consolidada. No Anexo VI, mais concretamente, no Ajustamento 1, encontra-se a eliminação da venda realizada pela M à S e, no Ajustamento 2, a eliminação das vendas/prestações de serviços efetuadas pela S à M.

Com o propósito de eliminar os saldos de clientes e fornecedores entre as duas empresas, no *software* de contabilidade de cada uma das empresas, extraiu-se os balancetes de clientes e fornecedores. Tendo em consideração os balancetes, constatou-se que na empresa M o saldo de clientes relativo a S era de 1.087,52 €, valor comprovado reciprocamente na conta de fornecedores de S e na empresa S o saldo de clientes referente a M era de 46,40€, valor confirmado mutuamente na conta de fornecedores de M.

Salienta-se que, as dívidas recíprocas podem não resultar apenas de vendas/prestações de serviços entre as empresas do grupo. Por exemplo, nos grupos económicos é comum as empresas concederem empréstimos. Não é o caso das empresas M e S, mas se por acaso M concedesse um empréstimo à S, para efeitos de consolidação de contas esta operação teria de ser anulada. Regra geral, um empréstimo possui duas componentes: capital e juro, logo na contabilidade da empresa participante e participada teria de ocorrer a eliminação do empréstimo concedido (capital), dos juros reconhecidos até à data do

balanço e dos acréscimos de gastos/rendimentos, respeitantes aos juros a serem reconhecidos nos períodos económicos posteriores (Alves e Carmo, 2021).

Para anular as dívidas recíprocas efetua-se os ajustamentos presentes nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Eliminação do saldo de clientes relativo a S e do saldo de fornecedores referente a M

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--------------|----------|----------|
| Fornecedores | 1.087,52 | |
| Clientes | | 1.087,52 |

Tabela 5. Eliminação do saldo de clientes respeitante a M e do saldo de fornecedores relativo a S

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--------------|--------|---------|
| Fornecedores | 46,40 | |
| Clientes | | 46,40 |

Os ajustamentos têm impacto nas rubricas – Fornecedores e Clientes do Balanço Consolidado. No Anexo V, particularmente no Ajustamento 3, encontra-se a eliminação do saldo de clientes relativo a S e do saldo de fornecedores referente a M e, no Ajustamento 4, a eliminação do saldo de clientes respeitante a M e do saldo de fornecedores relativo a S.

Ambas as empresas do Grupo Bensaude, M e S, recorrem ao MEP para preparar as suas DF individuais. Tal como já foi referido no Capítulo II, este método visa mensurar, na data de aquisição a participação financeira pelo seu custo e, subsequentemente, refletir tendo em conta a quota-parte que a empresa adquirente possui na adquirida qualquer alteração que ocorra no capital próprio da adquirida.

A 31 de dezembro de 2022 a empresa S apurou um resultado líquido positivo/lucro de 53.147,57 €. Pela aplicação do MEP, a empresa M reconhece na data de relato a sua quota-parte no resultado obtido pela empresa S. Consequentemente, aumenta o valor do seu investimento em 50.490,19 € ($53.147,57 \text{ €} \times 95\%$) e, em contrapartida, obtém um rendimento de 50.490,19 €.

De acordo com Alves e Carmo (2021), nas DF consolidadas os efeitos decorrentes da aplicação do MEP devem ser eliminados. Por conseguinte, a empresa-mãe deve anular o ajustamento que efetuou para refletir o resultado da subsidiária na quantia escriturada do

investimento. Na Tabela 6 apresenta-se o ajustamento que elimina a percentagem de participação da empresa-mãe no RLP da subsidiária.

Tabela 6. Eliminação da percentagem de participação da empresa-mãe no RLP da subsidiária

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--|-----------|-----------|
| Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias e Associadas | 50.490,19 | |
| Participações financeiras - MEP | | 50.490,19 |

O ajustamento tem implicações nas rubricas – Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias e Associadas e Resultado Líquido do Período da DR Consolidada e nas rubricas - Participações financeiras – Método da Equivalência Patrimonial e Resultado Líquido do Período do Balanço Consolidado. A eliminação da percentagem de participação no RLP da empresa S está nos Anexos V e VI, no Ajustamento 5.

De acordo com a alínea a) do parágrafo 12 da NCRF 15 e a alínea b) da parágrafo 86 do Apêndice B da IFRS 10, uma das operações de consolidação consiste em eliminar a quantia escriturada do investimento realizado pela empresa-mãe em cada uma das suas subsidiárias, assim como a sua quota-parte no capital próprio das mesmas.

Na eliminação da quantia escriturada do investimento é fundamental entender se a consolidação ocorre ou não pela primeira vez, visto que a anulação pode originar diferenças de consolidação na primeira consolidação. A diferença de consolidação surge por exemplo quando o valor da quantia escriturada difere do valor da percentagem no capital próprio da subsidiária. Se a quantia escriturada for superior à quota-parte no capital próprio da subsidiária, a diferença de consolidação é positiva (*goodwill*), caso seja inferior, a diferença é negativa (*goodwill* negativo). É de realçar que, se à data de relato existir um remanescente da quantia escriturada do investimento, ou seja, um *goodwill*, este deve ser transferido para a conta “44X – Ativos Intangíveis – *goodwill*”, para ser corretamente evidenciado no Balanço Consolidado (Macedo *et al.*, 2013).

Relativamente às duas empresas do Grupo Bensaude, a consolidação não ocorre pela primeira vez e a empresa S foi constituída pela empresa M, não tendo havido lugar à aplicação do método da compra. A quantia escriturada da participação financeira que a empresa M possui na empresa S, após serem anulados os efeitos da aplicação do MEP é igual a 256.054,37 € e corresponde à diferença entre o valor do investimento à data do balanço, que se encontra na rubrica - Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial do Balanço Consolidado da empresa-mãe (306.544,56 €) e o valor da quota-

parte (95%) no RLP da subsidiária calculado anteriormente (50.490,19 €). A quota-parte (95%) da empresa M nas restantes rubricas do capital próprio da empresa S é determinada com o auxílio da Tabela 7.

Tabela 7. Quota-parte (95%) da empresa M nas restantes rubricas do capital próprio da empresa S

| Rubricas do Capital Próprio | Empresa S 31/12/2022 | 95% no Capital Próprio da empresa S |
|-----------------------------|-------------------------|---|
| Capital Subscrito | 5 000,00 | 4 750,00 |
| Reservas Legais | 2 500,00 | 2 375,00 |
| Resultados Transitados | 262 030,91 | 248 929,37 |
| Total: | 269 530,91 | 256 054,37 |

Tendo em consideração a Tabela 7, averigua-se que a quota-parte (95%) da empresa M nas restantes rubricas do capital próprio da empresa S é igual a 256.054,37 €.

Afim de eliminar o investimento financeiro, bem como a quota-parte nas restantes rubricas do capital próprio da empresa S, realiza-se o ajustamento que se encontra na Tabela 8.

Tabela 8. Eliminação do investimento financeiro e da quota-parte (95%) da M nas restantes rubricas do capital próprio da S

| Rubrica | Débito | Crédito |
|---------------------------------|------------|------------|
| Capital Subscrito | 4.750 | |
| Reservas Legais | 2.375 | |
| Resultados Transitados | 248.929,37 | |
| Participações Financeiras - MEP | | 256.054,37 |

A eliminação do investimento financeiro tem repercussões nas rubricas – Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial, Capital Subscrito, Reservas Legais e Resultados Transitados do Balanço Consolidado. Consequentemente, encontra-se no ajustamento 6 do Anexo V.

Muitas vezes, a empresa-mãe não detém a totalidade das ações/quotas da subsidiária, ou seja, existem INC. Uma vez que, no Método de Consolidação Integral a empresa-mãe adiciona a totalidade dos ativos, passivos, gastos e rendimentos da subsidiária aos seus ativos, passivos, gastos e rendimentos, segundo Rodrigues (2015) esta tem de imputar a parcela do RLP e do capital próprio da subsidiária que pertence a outros investidores.

Macedo *et al.* (2013) menciona que os INC devem ser apresentados no Balanço, no capital próprio, mas separado dos acionistas da empresa-mãe. Na DR é evidenciado após o RLP. O parágrafo 44 do Apêndice B da IFRS 3 prevê a possibilidade de aplicar dois métodos de mensuração para valorizar os INC: justo valor e quota-parte do justo valor de

ativos e passivos identificados no método da compra. Já o parágrafo 24 da NCRF 14, apenas permite a aplicação de um único método, mensurar os INC através da percentagem de participação no justo valor de ativos adquiridos e passivos assumidos.

No que concerne às empresas M e S, como utilizam o SNC na preparação das suas contas consolidadas, o método aplicado foi a percentagem de participação.

Para determinar o valor dos INC a inserir no Balanço Consolidado numa rubrica de capital próprio independente das restantes elaborou-se a Tabela 9.

Tabela 9. Quota-parte (5%) dos interesses que não controlam no capital próprio da empresa S

| Rubricas do Capital Próprio | Empresa S 31/12/2022 | Interesses que não Controlam (5% no Capital Próprio da empresa S) |
|------------------------------|-------------------------|---|
| Capital Subscrito | 5 000,00 | 250,00 |
| Reservas Legais | 2 500,00 | 125,00 |
| Resultados Transitados | 262 030,91 | 13 101,54 |
| Resultado Líquido do Período | 53 147,57 | 2 657,38 |
| Total: | 322 678,48 | 16 133,92 |

Tendo em conta a Tabela 9, averigua-se que o valor dos INC a incluir no Balanço Consolidado, na rubrica – Interesses que não Controlam, corresponde a 16.133,92 €.

No Balanço Consolidado deve-se evidenciar os INC, assim como anular a quota-parte que apresentam no capital próprio da empresa S, com o propósito de não sobrevalorizar os direitos da empresa M.

Na Tabela 10 apresenta-se o ajustamento efetuado para reconhecer e valorizar os INC. Tabela 10. Reconhecimento e valorização dos INC

| Rubrica | Débito | Crédito |
|--|-----------|-----------|
| Capital Subscrito | 250 | |
| Reservas Legais | 125 | |
| Resultados Transitados | 13.101,54 | |
| Resultado Líquido do Período atribuível a interesses que não Controlam | 2.657,38 | |
| Interesses que não Controlam | | 16.133,92 |

O reconhecimento dos INC tem impacto nas rubricas – Capital Subscrito, Reservas Legais, Resultados Transitados, Resultado Líquido do Período, Interesses que não Controlam do Balanço Consolidado e na rubrica - Interesses que não Controlam da DR Consolidada. Por conseguinte, está no ajustamento 7 do Anexo V e na rubrica - Interesses que não Controlam do Anexo VI.

O Balanço Consolidado e a DR Consolidada encontram-se nos Anexos V e VI, respetivamente.

Para concluir, o lançamento e o arquivo físico e digital contribuem para um acesso mais rápido à informação e garantem uma maior organização; as obrigações fiscais implicam o recebimento, a validação e a submissão dos ficheiros; as práticas de controlo interno permitem a deteção e a correção de erros; e, os inquéritos estatísticos envolvem recolher, validar e submeter os dados solicitados. Relativamente ao processo de consolidação de contas, este apresenta várias etapas, sendo estas: a revisão do perímetro de consolidação, a identificação do método de consolidação, os procedimentos de pré-consolidação e as operações de consolidação.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

Neste capítulo efetua-se uma apreciação crítica à empresa onde decorreu o estágio, assim como às atividades desenvolvidas e, em última instância, explicita-se de que forma o estágio permitiu aprofundar e aplicar na prática as competências adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado.

5.1. Análise crítica à entidade

O estágio sucedeu-se na empresa Bensaude, S.A. durante 15 meses, tendo início a 1 de dezembro de 2022 e término a 29 de fevereiro de 2024. Sempre acreditei que no Grupo Bensaude teria oportunidade de crescer tanto a nível profissional como pessoal. Este sentimento surgiu quando visualizei um vídeo institucional que retratava o percurso do grupo ao longo dos seus 200 anos de história. O vídeo cativou-me pela mensagem transmitida, que passo a citar: “é quando se enfrenta os mas que a vida nos trás, que encontramos o nosso caminho”. No seu percurso o Grupo Bensaude encontrou obstáculos e presenciou crises, mas com ambição e resiliência conseguiu superá-los e construir a sua história, que ainda perdura nos dias de hoje.

No decorrer do estágio fui-me apercebendo que as minhas expectativas iniciais em relação ao grupo correspondiam à realidade que estava a viver. O excelente acolhimento, a facilidade na integração, o bom ambiente organizacional, manifestado pela simpatia, união, espírito de interajuda e empatia, permitiram-me desenvolver e adquirir competências e conhecimentos, tornando assim esta minha primeira grande experiência no mercado de trabalho única e enriquecedora.

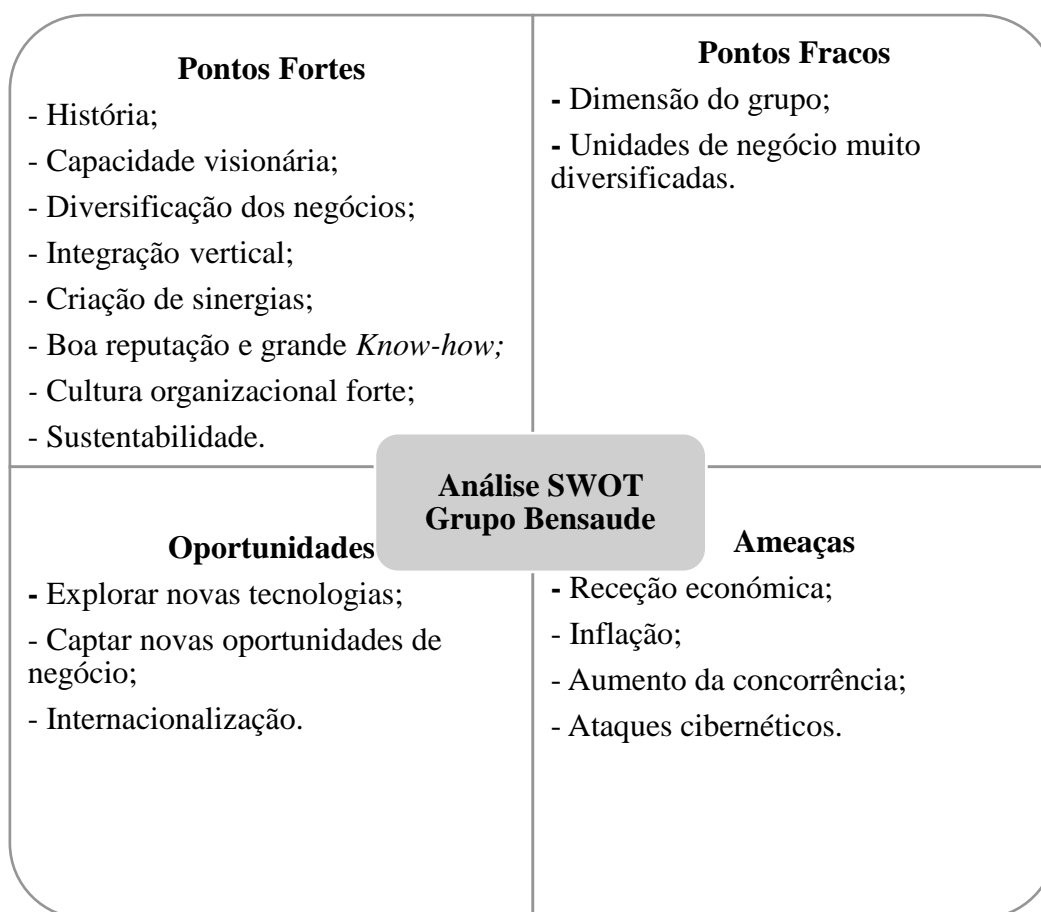
O sucesso de um grupo empresarial com mais de 200 anos de história depende dos seus recursos e capacidades, mas essencialmente da forma como adequa a sua estratégia à evolução do ambiente externo. Uma das ferramentas que auxilia as empresas na análise do ambiente interno e externo é a análise SWOT. No ponto de vista de Teixeira (2022), através desta as empresas identificam internamente pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*) e, externamente, oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*).

Strickland *et al.* (2020) afirmam que os pontos fortes são atributos que aumentam a competitividade das empresas no mercado. Ao invés dos pontos fortes, os pontos fracos são condições que colocam as empresas em desvantagem no mercado, tais como: competências e conhecimentos inferiores, deficiências a nível dos ativos físicos, organizacionais ou intangíveis. Consequentemente, os pontos fortes constituem ativos competitivos e os pontos fracos passivos competitivos.

Relativamente às oportunidades, são fulcrais para a definição da estratégia de uma empresa, visto que as empresas para adaptarem de forma adequada a sua estratégia à sua situação, necessitam de identificar as oportunidades de mercado e avaliar o crescimento e lucro potencial de cada uma. Servir novos clientes, expandir a cobertura geográfica, explorar novas tecnologias são algumas oportunidades que as empresas podem captar. Por outro lado, as ameaças são fatores externos que comprometem a rentabilidade e o bem-estar competitivo das empresas. São exemplos de ameaças, entrada de novos competidores, política ou leis adversas, custos regulamentares e alterações demográficas.

Na Figura 6 encontra-se presente a análise SWOT realizada ao Grupo Bensaude. Nesta análise identifica-se os pontos fortes e fracos (análise interna), assim como as oportunidades e ameaças (análise externa).

Figura 6. Análise SWOT ao Grupo Bensaude



Através da análise SWOT presente na Figura 6, é possível concluir que os pontos fortes do grupo são: história, capacidade visionária, diversificação dos negócios, integração vertical, criação de sinergias, boa reputação e o grande *Know-how* do mercado açoriano, cultura organizacional forte e sustentabilidade.

A história é um atributo que diferencia o Grupo Bensaude das restantes empresas. Uma história de um grupo que se mantém ativo à mais de dois séculos, um caso singular na economia portuguesa. Ainda que obtivesse muitos sucessos, teve de superar várias crises. O segredo para a sua longevidade está na sua capacidade de se adaptar ao ambiente, contornar os obstáculos e implementar soluções que lhe permitem sobreviver e transformar-se, sem colocar em causa a sua integridade e rentabilidade.

Uma organização é constituída por pessoas e esta longevidade só foi possível graças às pessoas que fazem parte da história do grupo empresarial açoriano, de entre elas os membros da família Bensaude. Pessoas empreendedoras, determinadas, objetivas, com capacidade de liderança, autoridade e, particularmente, visionárias. O olhar para o futuro é uma característica intrínseca e distintiva do Grupo Bensaude. De certa forma, esta contribuiu para o crescimento do grupo (Wonder\ Why Stories, 2020).

Ao longo da sua história, o grupo tem adotado estratégias que lhe têm permitido alcançar o sucesso competitivo, nomeadamente, a diversificação e a integração vertical. Tal como já referido no Capítulo III, o Grupo Bensaude especializou-se em áreas diferentes e atualmente opera em 5 áreas de negócio: distribuição, energia, marítima e logística, turismo e serviços. Para além disso, é notório o facto de estar presente em várias etapas da cadeia de valor de determinados bens, por exemplo dos combustíveis, ao armazená-los, distribuí-los e comercializá-los. As estratégias adotadas, as sinergias criadas no seu percurso, a sua boa reputação e o seu grande *know-how* do mercado açoriano, fez com que o grupo crescesse nos Açores, se tornasse na maior entidade empresarial privada dos Açores e uma das 100 maiores empresas do capital português (Grupo Bensaude, 2023).

O bom desempenho organizacional também resulta de uma cultura organizacional forte. Na perspetiva de Teixeira (2022), ao conjunto único de características que distinguem uma organização de qualquer outra dá-se a designação de cultura organizacional. Desta fazem parte, valores, crenças e hábitos partilhados pelos membros da organização. De acordo com Robbins e Judge (2014), existem *strong cultures* e *weak cultures*. A cultura organizacional do Grupo Bensaude é uma *strong culture*, dado que os colaboradores se identificam com os valores do grupo e os defendem. O seu espírito de compromisso e lealdade é elevado e reflete-se nos seus comportamentos e ações. Prova disso, o nível de rotatividade neste grupo empresarial é baixo e a sua política de retenção

de talentos faz com que seja o grupo empresarial açoriano com mais colaboradores na região (Grupo Bensaude, 2023).

O ser sustentável cada vez mais faz parte da cultura de qualquer organização. Segundo Strickland *et al.* (2020), as práticas sustentáveis têm como intuito atender as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atender as necessidades futuras. Existem três dimensões de sustentabilidade: económica, social e ambiental. A preocupação com o bem-estar das gerações futuras faz parte da essência do Grupo Bensaude. Ao longo do tempo o grupo tem desenvolvido projetos que garantem uma sustentabilidade económica, ambiental e social. A sustentabilidade é um ponto forte valioso e contribui para o seu sucesso competitivo (Grupo Bensaude, 2023).

A maioria das empresas têm pontos fracos. Muito embora, os pontos fracos sejam passivos competitivos, estes podem não originar o insucesso competitivo, se a sua importância no mercado for reduzida e forem compensados pelos pontos fortes da empresa (Strickland *et al.*, 2020). Considerando a Figura 6, a dimensão do grupo e as unidades de negócio muito diversificadas são pontos fracos do Grupo Bensaude.

No que concerne à análise do ambiente externo, são oportunidades para o Grupo Bensaude: explorar novas tecnologias, captar oportunidades de negócio e internacionalizar os seus negócios.

Segundo Popova *et al.* (2018), o ambiente empresarial é cada vez mais volátil, imprevisível, complexo e ambíguo. A dinâmica do ambiente empresarial exige das organizações uma adaptação eficiente (Cruz, 2024). Esta adaptação passa muitas vezes por explorar novas tecnologias, com o intuito de melhorar a eficiência das operações internas ou diferenciar um produto/ serviço (Patalas-Maliszewska e Topczak, 2021). Tendo em conta Cruz (2024), investir na integração de Inteligência Artificial Generativa, na cibersegurança através de sistemas proativos, em *Green Tech* (soluções tecnológicas sustentáveis) e em *Progressive Web Apps* (PWA) são tendências tecnológicas.

É imperativo para o Grupo Bensaude acompanhar as tendências tecnológicas, pois melhorará a sua capacidade de responder às necessidades das suas empresas e consumidores. Destaca-se que, o grupo tem desenvolvido plataformas informáticas com um elevado nível de inovação, como é exemplo, o Bedocs, uma plataforma que utiliza tecnologias de leitura de QRCode`s, faturação eletrónica e outras tecnologias, com o propósito de desmaterializar os documentos fiscais. Além disso, atualmente tem acesso ao *Microsoft Copilot*, mais concretamente, ao ChatGPT, um sistema de chat operado por

uma inteligência artificial, que permite automatizar tarefas, aceder com mais facilidade às informações e aumentar a produtividade.

Além de acompanhar as tendências tecnológicas, o Grupo Bensaude também deve estar atento às oportunidades de negócio, de forma a diversificar e a expandir ainda mais os seus negócios. Se continuar a apostar no mercado açoriano, este é promissor, lucrativo e tem oferecido inúmeras oportunidades de negócio, principalmente, no setor do turismo, na agricultura e nas energias renováveis (Abreu, 2024).

No entanto, também pode preferir investir noutros mercados, incluindo os mercados externos. Strickland *et al.* (2020) revelam o facto da economia mundial estar a globalizar-se a um ritmo acelerado e, em consequência disso, muitas empresas procuram desenvolver as suas atividades em mercados externos, para conquistarem novos consumidores, obterem custos mais baixos, explorarem as suas competências centrais, ou terem acesso a recursos e capacidades que não estão disponíveis no mercado doméstico. Perante um fenómeno de globalização, internacionalizar os negócios além de ser uma forma de adaptação pode contribuir para o sucesso competitivo de um grupo económico.

Por outro lado, as ameaças para o Grupo Bensaude são: a recessão económica, a inflação, o aumento da concorrência e os ataques cibernéticos.

Enfatiza-se que, o aumento da concorrência é uma grande ameaça para o Grupo Bensaude. No meu entendimento, o maior concorrente do grupo é o Grupo Finança. A sua presença na área da distribuição alimentar, através das lojas Solmar e Pingo Doce, faz deste o maior rival da INSCO, empresa que representa e gere várias insígnias no mercado açoriano, em particular, o Continente. O turismo é outro setor de atividade que o Grupo Finança procura estar presente, com unidades hoteleiras Azoris localizadas nas principais ilhas açorianas revela-se um dos maiores competidores das empresas de turismo do Grupo Bensaude.

Os ataques cibernéticos também são uma grande ameaça para o grupo. Tendo em consideração a Microsoft (2024), os ataques cibernéticos têm como propósito causar danos, ou aceder a documentos e a sistemas relevantes, quer sejam pessoais ou comerciais. É de notar que, o Grupo Bensaude tem investido muito na cibersegurança, possuindo um núcleo de pessoas especializadas na área, que estão ativamente a implementar novas normas de segurança, tanto a nível tecnológico como das pessoas, com vista a minimizar a ameaça dos ataques cibernéticos.

5.2. Análise crítica às atividades realizadas

Numa etapa seguinte realiza-se uma apreciação crítica às atividades desenvolvidas durante o estágio, que se encontram elencadas no Capítulo IV, referindo-se o nível de desempenho em cada atividade, as principais dificuldades encontradas e as competências adquiridas.

5.2.1 Análise crítica às atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa

J.H. Ornelas

Relativamente ao lançamento da documentação, no meu entender, é uma tarefa executada diariamente na contabilidade da empresa JHO, que embora não exija um grau de complexidade elevado na sua realização, apresenta uma enorme importância. Na verdade, as DF resultam da junção de todos os lançamentos contabilísticos efetuados ao longo de um período económico. Qualquer lançamento contabilístico incorreto, tem implicações na informação contida nas DF.

O *software* contabilístico ao encontrar-se sincronizado com a requisição de compra e a plataforma informática Bedocs torna o lançamento da documentação automatizado, aumentando assim, a eficiência do processo. A grande maioria dos documentos encontram-se pré-preenchidos, o utilizador apenas necessita de localizá-los, confirmar todas as suas informações e, por último, proceder ao seu registo.

Além da sua automatização, outro ponto forte do *software* contabilístico consiste na sua capacidade de precaver a ocorrência de erros contabilísticos, através do envio de mensagens de alerta ao utilizador. Exemplificando, por vezes a contabilidade recebe documentos em que a sua data é inferior ao mês da entrega da declaração periódica de IVA. Nesta situação, a data de registo do documento corresponde ao primeiro dia do mês da entrega da declaração periódica de IVA e não à data do documento. Se o utilizador inadvertidamente não alterar a data de registo, o *software* não permite que efetue o lançamento contabilístico e alerta-o para o facto da data de registo encontrar-se incorreta.

Na minha perspetiva, os documentos ao serem carimbados, numerados com um número de registo sequencial, datados e rubricados após a sua contabilização facilita a sua eventual procura física. Além dos documentos serem arquivados fisicamente, existe um arquivo digital na plataforma Bedocs com um elevado nível de inovação e utilidade.

O fluxo de aprovação de cada documento presente no Bedocs ao registar os vários intervenientes e as ações realizadas no processo de documentação, no meu ponto de vista,

este é equiparado a um *Workflow*. O mecanismo agiliza o processo de documentação, porque o documento físico não circula pelos responsáveis da aprovação, sempre que exista um documento para aprovação, os responsáveis recebem uma notificação no seu correio eletrónico para aprovarem o documento digital. Acrescenta-se ainda que, ao longo de todo o processo, os intervenientes têm a possibilidade de acompanhar o estado do documento e inserir observações que sejam relevantes para o seguimento do processo.

No decorrer do estágio, o Bedocs permitiu-me aceder aos documentos com mais facilidade, ter um acesso mais rápido a informações de carácter pertinente para o lançamento dos documentos, como por exemplo, ao número da requisição de compra e ao centro de custo. Além disso, traduziu-se numa ferramenta de controlo interno, na medida em que, após contabilizar todos os documentos físicos referentes ao mês de entrega da declaração periódica de IVA, averiguava se existiam documentos aprovados por contabilizar, ou por aprovar e contabilizar. Quando existiam documentos aprovados por contabilizar, procurava-os nas pastas e contabilizava-os. No caso dos documentos por aprovar, contactava os aprovadores afim destes procederem à sua aprovação para numa etapa posterior os contabilizar.

Contrariamente à contabilização dos documentos fiscais, o registo contabilístico das folhas de caixa dos postos de abastecimento da JHO não é um processo tão automatizado, dado que o seu registo realiza-se num diário. Além do mais, é um processo demoroso, principalmente para os caixas dos postos de abastecimento com mais transações económicas, visto que podem ocorrer situações que nos ultrapassam e têm de ser questionadas ao responsável pelo posto de abastecimento ou a quem regista as vendas do posto, tais como: documentos em falta ou com pouca visibilidade, folhas de caixa com valores incorretos e saldos no caixa.

Neste momento a equipa de informática está a procurar soluções para tornar o processo de lançamento das folhas de caixa mais automatizado. No meu ponto de vista, tal como os documentos fiscais, os caixas deveriam ser digitalizados na plataforma Bedocs, possuir um fluxo de aprovação e ainda uma secção para troca de documentos e informações relevantes entre a contabilidade o responsável pelo posto de abastecimento e quem regista as vendas diárias, para mais tarde ser possível consultar a folha de caixa digital, bem como todas as informações e documentos relacionados com a mesma.

No que concerne às obrigações fiscais, mais concretamente, ao envio dos ficheiros SAFT-PT, a maior dificuldade encontrada foi cumprir com o prazo de entrega dos

ficheiros. Aquando a realização desta atividade, a data-limite de submissão dos SAFT-PT era o dia 8 do mês seguinte ao que respeitava a faturação, significando que até esta data os responsáveis pela faturação dos estabelecimentos da JHO tinham de extrair e enviar os ficheiros para a contabilidade, para esta os submeter. Alguns responsáveis enviavam-nos muito próximo da data-limite o que dificultava a sua submissão, sobretudo no caso dos ficheiros de grande dimensão, que só a informática os conseguia submeter. Salienta-se que, todos os meses existia uma preocupação constante de alertar os responsáveis para a entrega atempada dos ficheiros.

Embora não seja uma obrigação fiscal, as práticas de controlo interno são realizadas mensalmente na contabilidade da empresa JHO e apresentam benefícios como a identificação de eventuais erros resultantes das operações contabilísticas e a deteção de movimentos contabilísticos em falta. Falando em particular da conferência de fornecedores do grupo, na minha opinião, é uma atividade demorada e meticulosa, que requer muita atenção, porque se tratam de diversos fornecedores e alguns apresentam muitos movimentos. A conferência realiza-se no Excel, inserindo-se os movimentos em aberto do mês em causa, na contabilidade do fornecedor do grupo e da JHO para posteriormente analisá-los. A contabilidade da empresa JHO tem a prática de manter em aberto faturas que são anuladas na totalidade por notas de crédito, na minha ótica, acho o procedimento dispensável, só torna o processo ainda mais demorado, dado que temos de solicitar a segunda via da fatura, bem como da nota de crédito e contabilizá-las, sendo o seu impacto contabilístico nulo.

Em relação aos inquéritos estatísticos, mais especificamente, ao INTRASTAT, é um inquérito que analisa as compras intracomunitárias realizadas pela empresa JHO. É através das faturas e notas de crédito que se retiram as informações para a realização do inquérito. Contudo, muitas vezes, dados como o código da mercadoria e o peso dos produtos não se encontram nas faturas e notas de crédito. Por conseguinte, existe uma necessidade constante de solicitar ao negócio estas informações. Sugeriria que, o negócio indicasse estas informações no documento físico ou no fluxo de aprovação do documento digital sempre que fosse necessário, assim tornava o processo mais eficiente.

5.2.2. Análise crítica às atividades desenvolvidas no decurso da experiência prática no âmbito da consolidação de contas

No decurso do estágio a entidade proporcionou-me uma experiência prática no âmbito da consolidação de contas. Na minha visão, a consolidação de contas é um processo de extrema importância, um grupo é constituído por empresas, que de certo modo encontram-se relacionadas entre si, através da partilha de recursos e conhecimentos. Deste modo, é fundamental ter-se a perceção do desempenho de um grupo económico como um todo.

O processo de consolidação de contas é realizado anualmente no Grupo Bensaude e caracterizado pelos seus intervenientes como um processo complicado e demoroso, que exige um elevado nível de dificuldade, dada a dimensão do grupo e à diversificação das suas unidades de negócio. Por esse motivo e também pelo facto de possuir uma experiência profissional preliminar nas áreas da contabilidade e consolidação de contas, não foi possível acompanhar o processo de consolidação de contas do grupo, mas somente de duas empresas.

Apesar de elaborar as DF consolidadas de apenas duas empresas do grupo, confesso que a experiência foi muito enriquecedora e desafiante, porque executei todas as etapas da consolidação desde a revisão do perímetro de consolidação às operações de consolidação.

No que se refere aos procedimentos executados, a elaboração das DF individuais, Balanço e DR da empresa-mãe (empresa M), assim como da sua subsidiária (empresa S), no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, a sua realização foi bem-sucedida, porém existiram rubricas em que a sua determinação exigiu alguma dificuldade, mais concretamente, o estado e outros entes públicos, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar do Balanço consolidado.

O Balanço e a DR de cada uma das entidades foram preparados com base num balancete, que contém os saldos a débito e a crédito das contas e subcontas de cada uma das empresas. Consoante as suas características, as contas e subcontas apresentam uma natureza devedora e credora. Na conta estado e outros entes públicos existem subcontas que contêm um carácter devedor, como é exemplo, o IVA – a reporte e credor, nomeadamente, o IVA – a pagar e as contribuições para a segurança social. Em consequência disso, o valor resultante da soma dos saldos devedores e credores destas

subcontas é inserido nas rubricas – Estado e Outros Entes Públicos do Ativo e Passivo Corrente do Balanço consolidado, respetivamente.

Além disso, existem subcontas que podem possuir uma natureza devedora ou credora, o IRC – pagamentos por conta é um exemplo. Quando esta subconta apresenta um saldo devedor, este é incluído na rubrica – Estado e Outros Entes Públicos do Ativo Corrente do Balanço consolidado. Em caso de conter um saldo credor, este faz parte da rubrica – Estado e Outros Entes Públicos do Passivo Corrente do Balanço consolidado. Se porventura possuir um saldo devedor e credor, efetua-se a diferença entre os saldos, uma diferença positiva é integrada no Ativo Corrente e, negativa, no Passivo Corrente do Balanço consolidado.

À semelhança da conta estado e outros entes públicos, a conta outras contas a receber e a pagar também possui subcontas com uma natureza devedora e credora. Por exemplo, as subcontas de devedores p/acréscimos de rendimentos (subsídios a receber, descontos/comissões em compras, bónus, rappel, entre outros), apresentam um carácter devedor. Por conseguinte, os saldos devedores destas subcontas são incorporados no Ativo Corrente na rubrica – Outros Créditos a Receber do Balanço consolidado. Enquanto as subcontas de credores p/acréscimos de gastos (remunerações a liquidar, acréscimos de fornecimentos e serviços externos, entre outros) tem uma natureza credora, devendo por esse motivo, os seus saldos serem incluídos na rubrica – Outras Dívidas a Pagar do Passivo Corrente do Balanço consolidado.

Relativamente à determinação do perímetro de consolidação e ao método de consolidação, foram atividades realizadas tendo em consideração o que se encontra nas normas contabilísticas. Com base na percentagem direta de participação da empresa M na empresa S de 95%, concluiu-se que M e S faziam parte do perímetro de consolidação e o método de consolidação aplicado foi o MCI.

Nos procedimentos de pré-consolidação constatou-se que não existia necessidade de realizar estes procedimentos. Realço que, a entidade ao ter-me possibilitado no decurso do estágio realizar tarefas no Cadastro de Ativos do grupo mostrou-me o contributo do mesmo para a harmonização das políticas contabilísticas. Desde o momento em que classifica tendo por base os critérios internos um bem como ativo, realiza a sua ficha de imobilizado, até adotar procedimentos de abate/alienação quando ocorre a desafetação do bem da empresa, o cadastro possui uma preocupação constante de aplicar as mesmas regras e metodologias para garantir que ativos com características semelhantes e

transversais a todas as empresas do grupo possam ter o mesmo tratamento. Na minha opinião, o Cadastro de Ativos exerce um papel preponderante no grupo, pois este auxilia todas as equipas de contabilidade no tratamento contabilístico e fiscal dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis e, acima de tudo, garante a harmonização das políticas contabilísticas.

Em relação à última etapa, na minha perspetiva, acho que a eliminação da participação financeira deveria ter sido a primeira operação de consolidação, de seguida o reconhecimento e valorização dos INC e, posteriormente, a eliminação das transações intragrupo e das dívidas recíprocas, porém obedeci à ordem das operações seguida na elaboração das DF consolidadas do Grupo Bensaude. Para além disso, gostaria de ter aprofundado os meus conhecimentos na área fiscal, na vertente dos impostos diferidos, mas infelizmente não foi possível.

De todas as operações de consolidação a eliminação das transações intragrupo foi a que exigiu mais tempo e atenção. No *software* contabilístico tive de extrair todos os movimentos que ocorreram na contabilidade das empresas M e S, nas contas das classes 7 (rendimentos) e 6 (gastos), de analisá-los e de determinar o saldo devedor resultante nas contas da classe 6 (gastos) e credor nas contas da classe 7 (rendimentos). É de enfatizar que, na DR existem diferentes rubricas de gastos, por esse motivo, foi importante determinar os movimentos que ocorreram em cada conta da classe 6 (gastos).

A entidade proporcionou-me uma boa experiência na área da consolidação de contas, inclusive ofereceu-me uma formação no âmbito da consolidação de contas, que expandiu os meus conhecimentos acerca do tema. A formação foi lecionada por uma formadora da PwC Portugal, empresa formadora certificada nas áreas da auditoria, fiscalidade e assessoria de gestão, sucedeu-se na plataforma Zoom e teve uma duração total de 15 horas. Nesta foram abordados os seguintes assuntos: o que se entende por consolidação de contas, a sua importância, as suas limitações e o seu enquadramento normativo; a origem, classificação e tratamento das participações financeiras; as DF financeiras separadas/individuais; o processo de consolidação de contas; e as divulgações exigidas no anexo para as contas consolidadas.

5.3. Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado

Ao longo do estágio aprofundei e coloquei em prática os vários conhecimentos que adquiri ao longo da Licenciatura em Gestão e do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.

Relativamente ao lançamento e arquivo da documentação na contabilidade da empresa JHO, os conteúdos abordados nas unidades curriculares de Contabilidade I, II, Analítica e Fiscalidade foram fundamentais. Através das unidades curriculares de Contabilidade I e II, obtive as ferramentas essenciais para efetuar qualquer lançamento contabilístico, o conhecimento do plano de contas, do método das partidas dobradas, da estrutura conceptual e das NCRF do SNC.

Com a unidade curricular de Contabilidade Analítica, percebi quais os tipos de custos, bem como as três perspetivas isoladas ou combinadas de apurar e organizar os custos, nomeadamente, a classificação por centros de responsabilidade e centros de custo, relevante para a repartição dos custos nos fornecimentos e serviços externos da JHO.

Na Fiscalidade, o capítulo do IVA complementado com a legislação existente, permitiu-me entender qual a incidência objetiva e subjetiva do imposto, nas transmissões de bens, prestações de serviços e importações, a localização das operações, o momento em que ocorre o facto gerador e a exigibilidade do imposto, o valor tributável, as taxas do imposto, o direito à dedução, as exclusões do direito à dedução, as formalidades da fatura e o prazo de entrega das declarações periódicas de IVA, diretrizes importantes para a contabilização dos documentos fiscais.

O capítulo de Auditoria – controlo interno que desenvolve o conceito de controlo interno, os seus objetivos, a sua importância, as suas componentes e limitações, bem como os seus procedimentos, auxiliou-me na realização da conferência de fornecedores do grupo.

No que concerne à consolidação de contas, na etapa da elaboração das DF individuais das empresas M e S, os conteúdos lecionados nas unidades curriculares de Finanças Empresariais I e Análise e Relato Financeiro, em relação às DF de base, na qual fazem parte, o Balanço e a DR, foram imprescindíveis na sua execução. Ao ter a perceção de quais as diferentes rubricas que integram o Balanço, o Ativo Corrente, o Ativo Não Corrente (ativos da empresa), o Capital Próprio, o Passivo Não Corrente e o Passivo

Corrente (financiamento) e as diferentes rubricas de Gastos (custos e perdas), assim como de Rendimentos (proveitos e ganhos) da DR, tornou a tarefa mais acessível.

Os conhecimentos obtidos na unidade curricular de Contabilidade de Operações Especiais foram cruciais no processo de consolidação. Através do capítulo – NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação e dos seus casos práticos, tive uma noção do conceito de consolidação, dos seus objetivos, da sua obrigatoriedade, dispensa, exclusões, assim como das suas etapas.

O estágio permitiu-me desenvolver competências nas áreas da contabilidade e fiscalidade, como também *social skills*. Uma das competências sociais que desenvolvi foi a capacidade de comunicação. Na unidade curricular de Comportamento Organizacional, aprendi que através da comunicação constroem-se relacionamentos, expõem-se ideias, discutem-se soluções de forma a resolver problemas e tomam-se decisões. Numa organização uma comunicação assertiva melhora o clima organizacional, aumenta o nível de satisfação dos indivíduos, o seu bem-estar, o seu grau de envolvimento com o trabalho e permite o alcance dos objetivos organizacionais.

No decurso do estágio recorri à comunicação diversas vezes para expor dúvidas acerca de determinados assuntos, obter informações, expressar ideias e apresentar os meus pontos de vista.

Destaco que, o excelente acolhimento e integração tornaram esta minha primeira grande experiência no mercado de trabalho ainda mais única e enriquecedora. Na unidade curricular de Recursos Humanos tive a perceção de que o acolhimento é o processo de dar a conhecer a empresa e a equipa de trabalho, enquanto a integração é a aceitação da pessoa pela equipa de trabalho.

No primeiro dia de estágio tive oportunidade de conhecer a minha orientadora, a minha equipa de trabalho, bem como todos os restantes colegas, através de um *turn around*, e também de dar-me a conhecer. Além disso, apresentaram-me de forma breve o Grupo Bensaude, a sua missão, visão e valores, as suas unidades de negócio, as suas empresas, em particular, a Bensaude, S.A. e as funções que iria executar. Ao longo do estágio a equipa de trabalho ao demonstrar simpatia, disponibilidade em esclarecer dúvidas, apoio na execução de tarefas, flexibilidade e confiança, facilitou a minha integração.

O estágio profissional permitiu-me constatar que no mercado de trabalho colocamos em prática os conhecimentos obtidos ao longo do nosso percurso académico, mas com

espírito crítico. As empresas são todas diferentes, a nível da atividade que desenvolvem, dos recursos que dispõem, da sua estrutura e dimensão, da natureza dos mercados e regimes económicos em que operam. Consequentemente, o tratamento contabilístico e fiscal atribuído a uma empresa será diferente das restantes, apesar das normas contabilísticas e da legislação fiscal serem transversais a todas as empresas. Nesse sentido, é necessário adaptar as práticas contabilísticas e fiscais que conhecemos às empresas a quem estamos a prestar serviços.

Saliento também que, a legislação está em constante mudança e evolução. As leis alteram-se em função das necessidades da sociedade, das mudanças tecnológicas e de outros fatores. É por essa razão que, nós técnicos de contabilidade temos a obrigação de estarmos sempre atualizados. A nossa aprendizagem é contínua, só desta forma conseguimos desempenhar bem a nossa função e alcançar os objetivos pretendidos.

Resumidamente, no estágio existiram atividades que foram desenvolvidas com maior facilidade e outras que exigiram uma dificuldade acrescida, mais foco, concentração e persistência. Ainda que, as aprendizagens obtidas no percurso académico tenham sido fundamentais para a execução das tarefas que me foram propostas, não seria possível realizar o estágio, sem conhecer o grupo, as suas empresas, as atividades que estas desenvolvem, os seus procedimentos internos e os valores que as orientam.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

Este trabalho consistiu na elaboração de um relatório de estágio realizado como parte integrante e conclusiva do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, lecionado na Universidade dos Açores. O estágio orientado pelo Prof. Doutor João Teixeira e pela Contabilista Certificada, Dra. Sónia Mendonça, decorreu na Direção Administrativa e de Contabilidade da empresa Bensaude, S.A., no âmbito do programa Estagiar L.

Do enquadramento teórico sobre a consolidação de contas, concluiu-se que o crescimento das empresas e o forte fenómeno de globalização têm contribuído para as ligações entre as empresas, através da aquisição de participações financeiras, dando origem aos grupos económicos. Os grupos económicos são constituídos por uma empresa-mãe e todas as suas participadas (filiais e subfiliais). Consoante os direitos de voto e os poderes que a empresa líder do grupo detém direta ou indiretamente em cada participada, nos grupos podem existir diferentes entidades, subsidiárias, associadas, entidades conjuntamente controladas e outras entidades. À luz do disposto nos normativos contabilísticos, a existência de grupos económicos obriga a empresa-mãe a elaborar contas consolidadas, com o objetivo de retratar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho económico do grupo como se de uma única entidade se tratasse. Apesar da consolidação de contas apresentar limitações, revela ser uma fonte de informação interna e externa poderosa.

Em relação à caracterização do Grupo Bensaude, destaca-se que este grupo empresarial familiar, de origem marroquina, influência britânica e alma portuguesa, é um caso ímpar na história da economia portuguesa, pois mantém-se ativo e próspero à mais de 200 anos. O seu percurso foi marcado por épocas de expansão e contenção, porém nunca colapsou. Para cada derrota, encontrou sempre uma alternativa. O segredo para a sua longevidade está na sua capacidade de adaptação e visão estratégica. Movido por valores como a honestidade, ambição, orientação para o cliente e sustentabilidade, o grupo compromete-se com o desenvolvimento sustentável dos Açores. Atualmente, a sua estrutura organizacional é caracterizada como divisionária e engloba as cinco unidades de negócio onde atua: energia, marítima e logística, distribuição, turismo e serviços.

No que concerne às atividades desenvolvidas na contabilidade da empresa JHO, o lançamento e arquivo da documentação regista as transações económicas e fornece informações importantes para elaboração das DF; a entrega do SAFT-PT implica o

cumprimento de prazos e a submissão dos ficheiros; a conferência de fornecedores do grupo permite detetar erros contabilísticos e documentos por contabilizar; e, a realização do inquérito estatístico INTRASTAT envolve a recolha da informação e resposta aos inquéritos. Relativamente às atividades realizadas no âmbito da consolidação de contas, a elaboração das DF individuais é uma etapa fundamental, pois as DF consolidadas complementam as DF individuais, qualquer imprecisão nesta etapa tem repercussões nas DF consolidadas; a revisão do perímetro de consolidação possibilita ao preparador das DF consolidadas analisar se existem alterações na dimensão do grupo, nas percentagens de participação e controlo, que têm influência no perímetro de consolidação; os procedimentos de pré-consolidação contribuem para a harmonização das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos em todas as empresas do grupo; e, as operações de consolidação têm o intuito de agregar as DF individuais, eliminar as transações e saldos intragrupo, de forma a refletir unicamente as transações que o grupo estabelece com o exterior, anular o investimento financeiro, reconhecer e valorizar os INC.

O sucesso do Grupo Bensaude resulta da sua capacidade de aproveitar os seus recursos e capacidades para se adaptar às envolventes do ambiente externo. Da análise interna, conclui-se que o grupo apresenta pontos fortes, sendo estes: a sua história, a sua capacidade visionária, as estratégias de diversificação e integração vertical que adota, a criação de sinergias que resulta da consolidação das suas áreas de negócio, a sua boa reputação, o seu grande *Know-how* do mercado açoriano, a sua cultura organizacional caracterizada como forte e a sua preocupação com a sustentabilidade; e, pontos fracos, como a sua dimensão e a diversificação das suas unidades de negócio. Da análise externa, constata-se que explorar novas tecnologias, captar novas oportunidades de negócio e internacionalizar os seus negócios são oportunidades; e, as suas principais ameaças, são a receção económica, a inflação, o aumento da concorrência e os ataques cibernéticos.

No estágio na realização das diversas tarefas aprofundou-se conhecimentos adquiridos nas várias unidades curriculares lecionadas na licenciatura e no mestrado, destacando-se Contabilidade I, II, Analítica, Fiscalidade, Auditoria, Análise e Relato Financeiro, Finanças I e Contabilidade de Operações Especiais. Sublinha-se que, além dos conhecimentos obtidos na licenciatura e no mestrado foi necessário entender os procedimentos internos do grupo, assim como as atividades desenvolvidas pelas suas empresas.

Para finalizar, o estágio traduziu-se numa experiência profissional única e enriquecedora, visto que obtive uma visão prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado e desenvolvi competências nas áreas da contabilidade e fiscalidade. Além disso, adquiri competências sociais, como a comunicação organizacional imprescindível para o esclarecimento de dúvidas, apresentação de ideias e relacionamento com a equipa de trabalho. Esta aprendizagem tão impulsionadora só foi possível graças a um ambiente organizacional acolhedor, onde a simpatia e o espírito de interajuda imperaram.

REFERÊNCIAS

- Abreu, V. H. (2024, 27 de janeiro). Invista nos Açores: Oportunidades de Investimento na Região. *CSSC SAN JURGE*. https://csscsanjurge.pt/blog/invest-azores/?expand_article=1
- Alves, S., & Carmo, C. (2021). *Contabilidade das Sociedades e Consolidação de Contas – Casos Práticos* (2.^a ed.). Edições Almedina.
- Berheci, M. (2008) Particular aspects regarding the use of consolidated statements against the background of the european accession. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 17(3), 953-958. http://anale.steconomieuoradea.ro/volum_e/2008/v3-finances-banks-accountancy/175.pdf
- Bollinger, S., & Neukam, M. (2023). Les valeurs de l’organisation, moteur de créativité. Dans Carbonnel, A., Didier, R., & Wannemacher, D. (Eds.), *Innovations sociales. Leviers pour une transition sociale, économique et environnementale* (pp. 153-170). ÉPURE - Éditions et presses universitaires de Reims. <https://hal.science/hal-04162043>
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Diário da República, 1.^a série, N.º 106. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/98/2015/06/02/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, Diário da República, 1.^a série, N.º 133. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>
- Despacho n.º 8/2022-XXIII, de 13/12, do SEAF, Autoridade Tributária e Aduaneira. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Despacho_SEAF_8_2022_XXIII.aspx
- Carvalho, A. M. (2011). *A NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação e suas Implicações Fiscais e de Auditoria*. [dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/315>
- Chala, J. S. (2016). *Propuesta de una estructura organizacional y administrativa para la empresa Casa Club Créditos*. [trabajos de grado – Pregrado, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables, Administración de Empresas, Cali]. Repositório UCC. <https://repository.ucc.edu.co/entities/publication/2b8d3c29-2513-42e8-8972-aae62ad8d42a>
- Couto, G., Crispim, J., Lopes, M. M., Pimentel, P., & Sousa, F. (2014). *Avaliação de Investimentos* (2.^a ed.). Áreas Editora.
- Cruz, R. (2024, 18 de janeiro). O futuro das empresas: cinco tendências tecnológicas para 2024. *PME Magazine*. <https://pmemagazine.sapo.pt/o-futuro-das-empresas-cinco-principais-tendencias-tecnologicas-para-2024/>
- Garcia, N. M. (2019). *Consolidação de contas: potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas*. [trabalho de projeto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/29421>

- Gonçalves, P. M. (2022). *A Consolidação de Contas – Experiência de Estágio na Transportes Matos & Filhos, Lda*. [relatório de estágio, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório Científico IPVC. <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/2732>
- Grupo Bensaude. (2023). Áreas de Negócio. <https://grupobensaude.pt/pt/areas-negocio/>
- Grupo Bensaude. (2023). Comissão Executiva. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/comissao-executiva/>
- Grupo Bensaude. (2023). Conselho e Administração. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/conselho-de-administracao/>
- Grupo Bensaude. (2023). Estrutura Organizacional. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/estrutura-organizacional/>
- Grupo Bensaude. (2023). História. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/historia/>
- Grupo Bensaude. (2023). Missão e Valores. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/missao-e-valores/>
- Grupo Bensaude. (2023). Quem somos. <https://grupobensaude.pt/pt/o-grupo/o-grupobensaude/>
- Grupo Bensaude. (2023). Sustentabilidade. <https://www.grupobensaude.pt/pt/sustentabilidade/>
- International Accounting Standard 27, *Separate Financial Statements*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-27-separate-financial-statements/>
- International Accounting Standard 28, *Investments in Associates and Joint Ventures*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-28-investments-in-associates-and-joint-ventures/>
- International Financial Reporting Standard 3, *Business Combinations*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-3-business-combinations/>
- International Financial Reporting Standard 10, *Consolidated Financial Statements*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-10-consolidated-financial-statements/>
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). INTRASTAT – Fluxo de Chegada. <https://webinq.ine.pt/public/pages/queryInfo?id=INTRA-CH>
- Lopes, C. A., Oliveira, D., Pires, J. R., Malaquias, R., Covane, S., & Rabaça, B. (2020). *Manual de Contabilidade* (2.^a ed.). Escolar Editora.
- Lopes, C. A. (2022). *Consolidação de Contas* (4.^a ed.). Edições Sílabo.
- Macedo, A. C. (2012). *Introdução à consolidação de contas: sua problemática* [dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro]. Repositório Científico da UA. https://ria.ua.pt/handle/10773/10985?locale=pt_PT
- Macedo, A., Azevedo, G., & Oliveira, J. (2013). *Consolidação de Contas*. Escolar Editora.

- Massa, C. (2023, 9-16 de outubro). *Consolidação de Contas* [Apresentação do Curso de Formação Profissional]. PwC Portugal. Zoom.
- Mendes, F. (2023, 4 de maio). Goodwill. *Flávio Mouta Mendes - Sociedades Comerciais*. <https://www.sociedadescomerciais.pt/goodwill/>
- Microsoft (2024). O que é um ataque cibernético? <https://www.microsoft.com/pt-br/security/business/security-101/what-is-a-cyberattack>
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas*, Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, Diário da República, 2.ª Série, N.º 146. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/8256-2015-69889536>
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14, *Concentrações de Atividades Empresariais*. Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, Diário da República, 2.ª Série, N.º 146. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/8256-2015-69889536>
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, *Investimentos em Subsidiárias e Consolidação*. Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, Diário da República, 2.ª Série, N.º 146. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/8256-2015-69889536>
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27, *Instrumentos Financeiros*. Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, Diário da República, 2.ª Série, N.º 146. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/8256-2015-69889536>
- Patalas-Maliszewska, J., & Topczak, M. (2021). A new management approach based on Additive Manufacturing technologies and Industry 4.0 requirements. *Advances in Production Engineering And Management*, 16(1), 125–135. <https://doi.org/10.14743/apem2021.1.389>
- Popova, N., Kryvoruchko, O., Shynkarenko, V., & Zéman, Z. (2018). Enterprise management in VUCA conditions. *Economic Annals-XXI*, 170(3–4), 27–31. <https://doi.org/10.21003/ea.V170-05>
- Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, Diário da República, 1.ª série, N.º 60. <https://dat.a.dre.pt/eli/port/321-a/2007/03/26/p/dre/pt/html>
- Ribeiro, A. C. (2010). *A importância da consolidação de contas nas autarquias*. [dissertação de mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/1236>
- Robbins, S., & Judge, T. (2013). *Organizational Behavior* (15.ª ed.). Prentice Hall.
- Rodrigues, J. (2015). *Participações Financeiras e Consolidação de Contas* (1.ª ed.). Porto Editora.
- Rodrigues, J. (2021). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística Explicado* (8.ª ed.). Porto Editora.
- Santos, L. F. (2014). *Balanced Scorecard: Contributos para a implementação na Administração Local*. [dissertação de mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8602>

- Schneider, K. N., & Becker, L. L. (2011). Using the COSO model of internal control as a framework for ethics initiatives in business schools. *Journal of Academic and Business Ethics*, 1-18. <https://www.aabri.com/manuscripts/10725.pdf>
- Silva, E. A. (2018). *A Consolidação de Contas na Quantal Group S.A.* [relatório de estágio, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/84401>
- Strickland, A. J., Gamble, J. E., Peteraf, M. A., & Thompson. A. A. (2020). *Crafting & Executing Strategy: The Quest for Competitive Advantage: Concepts and Cases* (22.^a ed.). McGraw-Hill International.
- Teixeira, S. (2022). *Gestão das Organizações* (4.^a ed.). Escolar Editora.
- Trushin, K.V. (2023). Essence and Types of Organizational Structures of Management of the Enterprise. *Bulletin MMA n.º 1-2023*, 228-231. <https://cyberleninka.ru/article/n/sushnost-i-vidy-organizatsionnyh-struktur-upravleniya-predpriyatiya>
- Villani, V. (2018). *L'organizzazione delle PMI: Il caso Rossi*. [tesi de laurea triennale, Dipartimento di Impresa e Management]. Luiss.
- Wonder\ Why Stories (2020). *Alto Mar – Breve história da longa vida do Grupo Bensaude* (1.^a ed.). Wonder\ Why Stories.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Balanço da empresa M a 31/12/2022

Anexo II - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa M no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022

Anexo III - Balanço da empresa S a 31/12/2022

Anexo IV - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa S no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022

Anexo V - Ajustamentos decorrentes das operações de consolidação e Balanço Consolidado a 31/12/2022

Anexo VI - Ajustamentos decorrentes das operações de consolidação e Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022

Anexo I - Balanço da empresa M a 31/12/2022

(Euros)

| RUBRICAS | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | |
| Ativo Não Corrente | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 1 586 385,76 | 1 784 130,99 |
| Goodwill | 52 393,76 | 65 492,24 |
| Ativos Intangíveis | 50 798,66 | 57 568,82 |
| Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial | 306 544,56 | 256 054,37 |
| Outros Investimentos Financeiros | 35 279,76 | 32 856,35 |
| Créditos a Receber | 12 529,21 | 0,00 |
| | 2 043 931,71 | 2 196 102,77 |
| Ativo Corrente | | |
| Inventários | 6 187 637,85 | 5 361 370,35 |
| Clientes | 7 381 102,33 | 7 029 045,16 |
| Estado e Outros Entes públicos | 593 747,65 | 271 431,12 |
| Outros Créditos a Receber | 275 651,52 | 173 655,87 |
| Diferimentos | 19 373,43 | 19 745,26 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 489 798,08 | 344 670,29 |
| | 14 947 310,86 | 13 199 918,05 |
| Total do Ativo | 16 991 242,57 | 15 396 020,82 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | |
| Capital Próprio | | |
| Capital Subscrito | 1 787 914,13 | 1 787 914,13 |
| Reservas Legais | 357 582,83 | 357 582,83 |
| Outras Reservas | 3 883 711,28 | 3 883 711,28 |
| Resultados Transitados | 1 450 582,26 | 1 193 793,13 |
| Excedentes de Revalorização | 163 064,83 | 170 804,42 |
| Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio | -5 853,70 | -2 885,98 |
| Resultado Líquido do Período | 403 252,66 | 249 049,54 |
| Total do Capital Próprio | 8 040 254,29 | 7 639 969,35 |
| PASSIVO | | |
| Passivo Não Corrente | | |
| Provisões | 61 000,00 | 61 000,00 |
| Financiamentos Obtidos | 962 598,80 | 1 306 779,94 |
| Passivos por Impostos Diferidos | 27 005,62 | 28 317,01 |
| Outras Dívidas a Pagar | 4 602,93 | 5 114,37 |
| | 1 055 207,35 | 1 401 211,32 |
| Passivo Corrente | | |
| Fornecedores | 6 767 020,23 | 5 488 999,63 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 154 708,02 | 112 088,63 |
| Financiamentos Obtidos | 375 642,68 | 375 454,68 |
| Outras Dívidas a Pagar | 445 012,50 | 378 297,21 |
| Diferimentos | 153 397,50 | 0,00 |
| | 7 895 780,93 | 6 354 840,15 |
| Total do Passivo | 8 950 988,28 | 7 756 051,47 |
| Total do Capital Próprio e do Passivo | 16 991 242,57 | 15 396 020,82 |

Anexo II - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa M no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022

| | <i>(Euros)</i> | |
|--|-------------------|-------------------|
| RENDIMENTOS E GASTOS | 2022 | 2021 |
| Vendas e Serviços Prestados | 23 748 801,41 | 20 082 558,36 |
| Subsídios à Exploração | 16 851,53 | 14 922,09 |
| Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias e Associadas | 50 490,19 | 81 253,34 |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | -21 274 053,52 | -17 560 441,48 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | -1 934 572,97 | -1 486 304,47 |
| Gastos com o Pessoal | -2 524 443,83 | -2 114 801,85 |
| Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões) | 948,81 | 12 155,56 |
| Aumentos/Reduções de Justo Valor | -2 305,74 | 888,22 |
| Outros Rendimentos | 3 414 648,97 | 2 265 305,71 |
| Outros Gastos | -645 727,82 | -598 026,11 |
| Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos | 850 637,03 | 697 509,37 |
| Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização | -408 574,38 | -427 936,18 |
| Outros Rendimentos - Subsídio ao Investimento | 3 479,16 | 5 399,40 |
| Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos) | 445 541,81 | 274 972,59 |
| Juros e Gastos Similares Suportados | -10 811,21 | -12 208,11 |
| Resultado Antes de Impostos | 434 730,60 | 262 764,48 |
| Imposto Sobre o Rendimento do Período | -31 477,94 | -13 714,94 |
| Resultado Líquido do Período | 403 252,66 | 249 049,54 |

Anexo III - Balanço da empresa S a 31/12/2022

(Euros)

| RUBRICAS | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | |
| Ativo Não Corrente | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 75 930,86 | 69 034,40 |
| Outros Investimentos Financeiros | 1 374,67 | 1 299,07 |
| | 77 305,53 | 70 333,47 |
| Ativo Corrente | | |
| Inventários | 560 696,90 | 421 465,67 |
| Clientes | 176 890,10 | 230 172,12 |
| Estado e Outros Entes públicos | 11 239,09 | 4 089,00 |
| Outros Créditos a Receber | 30 759,71 | 28 781,88 |
| Diferimentos | 993,14 | 0,00 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 306 928,87 | 354 014,69 |
| | 1 087 507,81 | 1 038 523,36 |
| Total do Ativo | 1 164 813,34 | 1 108 856,83 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | |
| Capital Próprio | | |
| Capital Subscrito | 5 000,00 | 5 000,00 |
| Reservas Legais | 2 500,00 | 2 500,00 |
| Resultados Transitados | 262 030,91 | 176 501,08 |
| Resultado Líquido do Período | 53 147,57 | 85 529,83 |
| Total do Capital Próprio | 322 678,48 | 269 530,91 |
| PASSIVO | | |
| Passivo Não Corrente | | |
| Financiamentos Obtidos | 123 425,99 | 171 203,70 |
| | 123 425,99 | 171 203,70 |
| Passivo Corrente | | |
| Fornecedores | 634 426,25 | 569 975,55 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 4 751,50 | 38 973,82 |
| Financiamentos Obtidos | 47 777,65 | 43 796,30 |
| Outras Dividas a Pagar | 28 440,74 | 12 727,82 |
| Diferimentos | 3 312,73 | 2 648,73 |
| | 718 708,87 | 668 122,22 |
| Total do Passivo | 842 134,86 | 839 325,92 |
| Total do Capital Próprio e do Passivo | 1 164 813,34 | 1 108 856,83 |

Anexo IV - Demonstração de Resultados por Natureza da empresa S no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022

| <i>(Euros)</i> | | |
|---|------------------|-------------------|
| RENDIMENTOS E GASTOS | 2022 | 2021 |
| Vendas e Serviços Prestados | 924 697,37 | 944 650,91 |
| Subsídios à Exploração | 0,00 | 13 998,17 |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | -610 809,52 | -640 196,15 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | -112 659,84 | -93 057,03 |
| Gastos com o Pessoal | -117 299,06 | -107 152,05 |
| Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões) | -202,70 | 0,00 |
| Aumentos/Reduções de Justo Valor | -101,93 | 20,91 |
| Outros Rendimentos | 3 032,83 | 3 352,27 |
| Outros Gastos | -579,23 | -524,96 |
| <i>Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</i> | 86 077,92 | 121 092,07 |
| Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização | -21 381,21 | -18 767,08 |
| <i>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</i> | 64 696,71 | 102 324,99 |
| Juros e Gastos Similares Suportados | -1 380,09 | -2 295,16 |
| <i>Resultado Antes de Impostos</i> | 63 316,62 | 100 029,83 |
| Imposto Sobre o Rendimento do Período | -10 169,05 | -14 500,00 |
| <i>Resultado Líquido do Período</i> | 53 147,57 | 85 529,83 |

**Anexo VI - Ajustamentos decorrentes das operações de consolidação e Demonstração de Resultados por Natureza
Consolidada no período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022**

| Rubricas | Empresa M 01/01/2022 a 31/12/2022 | Empresa S 01/01/2022 a 31/12/2022 | Soma | Ajustamento 1 Eliminação da venda realizada pela M à S | Ajustamento 2 Eliminação das vendas/prestações de serviços realizadas pela S à M | Ajustamento 5 Eliminação da percentagem de participação no RLP da empresa S | DR consolidada 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|-------------------|---|--|---|--|
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | | | | | |
| Vendas e Serviços Prestados | 23 748 801,41 | 924 697,37 | 24 673 498,78 | -51,11 | -335,91 | | 24 673 111,76 |
| Subsídios à Exploração | 16 851,53 | 0,00 | 16 851,53 | | | | 16 851,53 |
| Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias e Associadas | 50 490,19 | 0,00 | 50 490,19 | | | -50 490,19 | 0,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | -21 274 053,52 | -610 809,52 | -21 884 863,04 | | | | -21 884 863,04 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | -1 934 572,97 | -112 659,84 | -2 047 232,81 | | 335,91 | | -2 046 896,90 |
| Gastos com o Pessoal | -2 524 443,83 | -117 299,06 | -2 641 742,89 | 51,11 | | | -2 641 691,78 |
| Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões) | 948,81 | -202,70 | 746,11 | | | | 746,11 |
| Aumentos/Reduções de Justo Valor | -2 305,74 | -101,93 | -2 407,67 | | | | -2 407,67 |
| Outros Rendimentos | 3 414 648,97 | 3 032,83 | 3 417 681,80 | | | | 3 417 681,80 |
| Outros Gastos | -645 727,82 | -579,23 | -646 307,05 | | | | -646 307,05 |
| Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos | 850 637,03 | 86 077,92 | 936 714,95 | | | -50 490,19 | 886 224,76 |
| Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização | -408 574,38 | -21 381,21 | -429 955,59 | | | | -429 955,59 |
| Outros Rendimentos - Subsídio ao Investimento | 3 479,16 | 0,00 | 3 479,16 | | | | 3 479,16 |
| Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos) | 445 541,81 | 64 696,71 | 510 238,52 | | | -50 490,19 | 459 748,33 |
| Juros e Gastos Similares Suportados | -10 811,21 | -1 380,09 | -12 191,30 | | | | -12 191,30 |
| Resultado Antes de Impostos | 434 730,60 | 63 316,62 | 498 047,22 | | | -50 490,19 | 447 557,03 |
| Imposto Sobre o Rendimento do Período | -31 477,94 | -10 169,05 | -41 646,99 | | | | -41 646,99 |
| Resultado Líquido do Período | 403 252,66 | 53 147,57 | 456 400,23 | | | -50 490,19 | 405 910,04 |
| Interesses que não Controlam | | | | | | | 2 657,38 |
| Resultado Líquido do Período atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe | | | | | | | 403 252,66 |

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

**O exercício da consolidação de contas num grupo empresarial: O caso da
Bensaude, S.A.**

Mariana De Fátima Cabral Pacheco

